

OUVIR PARA INCLUIR.



O ACESSO E PERMANÊNCIA DE
ESTUDANTES AUTISTAS NO CONTEXTO
ESCOLAR ATRAVÉS DOS RELATOS DAS
MÃES.

ESTELA SIMONE DA ROSA
ANA FLÁVIA GARCEZ

RECURSO EDUCACIONAL

OUVIR PARA INCLUIR:

O Acesso e permanência de estudantes autistas no contexto escolar através dos relatos das mães

Este livro é um recurso educacional desenvolvido no âmbito do PROFEI – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional, resultante da dissertação de mestrado realizada pela autora Estela Simone da Rosa, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Flávia Garcez



PROFEI - Mestrado Profissional em
Educação Inclusiva em Rede



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

Estela Simone da Rosa
Ana Flávia Garcez

OUVIR PARA INCLUIR:

O Acesso e permanência de estudantes
autistas no contexto escolar através dos
relatos das mães

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita
Soares

Autoras

Prof.ª Esp. Estela Simone da Rosa
Prof.ª Dr.ª Ana Flávia Garcez

Capa

As Autoras

Revisão

As Autoras

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

As Autoras

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)
Prof.ª Dr.ª Adriana Almeida Lima (UEA)
Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza (UCPEL)
Prof.º Dr. Alaerte Antonio Martelli Contini (UFGD)
Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)
Prof.º Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)
Prof.º Dr. Carlos López Noriega (USP)
Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chioli (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)
Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)
Prof.º Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)
Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)
Prof.º Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)
Prof.º Dr. Gustavo de Souza Preussler (UFGD)
Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)
Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)
Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)
Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski (UTFPR)
Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)
Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)
Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)
Prof.ª Dr.ª Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (UEA)

Prof.ª Dr.ª Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)
Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes (UTFPR)
Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)
Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)
Prof.º Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani (UTFPR)
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)
Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos (ITA)
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo (UFPR)
Prof.º Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

Conselho Científico

Prof.º Me. Abraão Lucas Ferreira Guimarães (CIESA)
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)
Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)
Prof.ª Ma. Denise Pereira (FASU)
Prof.º Dr. Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues (UFPR)
Prof.º Me. Ednan Galvão Santos (IF Baiano)
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)
Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva (HONPAR)
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim (FASF)
Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap (FCSA)
Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora de Souza Ruiz (UNIDA)
Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch (FASF)
Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail (CESCAGE)
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens (FASF)
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares (UFPI)
Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tássia Patricia Silva do Nascimento (UEA)
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues (IFSC)

O conteúdo deste livro foi enviado pelas autoras para publicação em acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva da autora, que detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado.

As informações e interpretações aqui expressas refletem unicamente as perspectivas e visões pessoais da autora e não representam, necessariamente, a opinião ou posição da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se aos serviços de diagramação e registro da obra, sem qualquer interferência ou influência sobre o conteúdo ou opiniões apresentadas. Quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente à autora.

R788 Rosa, Estela Simone da

Ouvir para incluir: o acesso e permanência de estudantes autistas no contexto escolar através dos relatos das mães [recurso eletrônico]. / Estela Simone da Rosa, Ana Flávia Garcez. -- Ponta Grossa: Aya, 2025. 88 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-774-1

DOI: 10.47573/aya.5379.1.380

1. Crianças com transtorno do espectro autista – Educação. 2. Inclusão escolar. I. Garcez, Ana Flávia. II. Título

CDD: 371.94

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

**International Scientific Journals Publicações de
Periódicos e Editora LTDA
AYA Editora©**

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

Declaração da Editora

A **AYA Editora**, neste ato representada por seu responsável legal, vem por meio desta declarar, para os devidos fins, que os desenhos contidos no livro intitulado ***“Ouvir para Incluir – O Acesso e permanência de estudantes autistas no contexto escolar através dos relatos das mães”***, são de autoria do menor **Miguel**, filho da autora **Estela Simone da Rosa**.

Esclarecemos que as referidas imagens foram integralmente fornecidas pela autora no momento da contratação dos serviços editoriais, não tendo a Editora participado de sua criação, tampouco solicitado quaisquer alterações de caráter autoral.

Ressaltamos ainda que a Editora não detém os direitos autorais sobre as ilustrações incluídas na obra, permanecendo estes exclusivamente com seus autores originais.

Dedicatória

Meu querido filho,

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido a bênção de ser sua mãe. Você é um presente divino, um menino que ilumina a minha vida e me ensina a ser uma pessoa melhor a cada dia.

Cada página deste e-book, cada linha da minha dissertação, foi escrita com você no meu coração. Sua jornada, com seus desafios e conquistas, me inspiraram a buscar conhecimento e a compartilhar o que aprendi.

Você é a razão do meu orgulho, você é meu tudo! Sua forma de ser, autêntica e especial, me mostra todos os dias que a vida é muito mais do que imaginamos.

Eu gostaria que o mundo pudesse te ver com os meus olhos, para que todos pudessem enxergar a beleza e a pureza que você carrega. Para que todos pudessem aprender com a sua sabedoria e com a sua capacidade de amar incondicionalmente.

Serei eternamente grata por ter um filho tão especial, um menino que é tão forte. Obrigada por me ensinar a ver o mundo de uma maneira única, por me mostrar que o amor não precisa de palavras e por me inspirar e ensinar todos os dias.

Agradeço ao meu companheiro Kleiton, que sempre me apoiou e me incentivou a seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. Agradeço também à minha família. Sem vocês, nada disso seria possível.

Dedico também este trabalho ao **PROFEI – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional**, que possibilitou a realização deste e-book como um recurso educacional resultante do mestrado. Minha trajetória nesse programa foi transformadora, permitindo que eu ampliasse meu olhar sobre a educação inclusiva e fortalecesse meu compromisso com a construção de um mundo mais acessível e acolhedor para todos.

Com todo o meu amor,

Estela Simone da Rosa



Miguel



Miguel, filho de Estela do 1º relato.



Felipe, filho de Ercilha do 2º relato.



João, filho de Oracina do 3º relato.



Representação de Crianças que passam por tudo o que ouvimos nos relatos, mas não são ouvidas ou incluídas.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	8
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: VOZES DE QUEM CUIDA	14
Primeiro Relato: Uma Jornada Incondicional pela Inclusão.....	14
Segundo Relato: Educação e Autismo: uma Jornada de Lutas, Conquistas e Esperança"	19
Terceiro Relato: Autismo e Educação: Desafios, Superações e o Sonho de uma Escola Inclusiva"	33
Quarto Relato – Acesso e Permanência de Estudantes Autistas na Rede Estadual de Ensino de Joinville/SC	56
A permanência de estudantes autistas requer uma ação coletiva envolvendo toda a comunidade escolar, profissionais da saúde e pais/responsáveis.....	59
Formação Docente e o Paradigma da Neurodiversidade	66
CAPÍTULO 2: LEIS E DIREITOS DO AUTISTA	69
CAPÍTULO 3: O AVANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	74
O Caminho da Inclusão: A Evolução das Políticas Públicas na Educação Especial	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	81
SOBRE AS AUTORAS	82
ÍNDICE REMISSIVO	83



Introdução

A presença de alunos com Transtorno do Espectro Autista -TEA, em escolas da educação regular, é uma realidade nas redes de ensino públicas e privadas. Por meio de políticas educacionais de inclusão o número de crianças com TEA matriculadas nesses estabelecimentos de ensino aumentou 50% entre 2022 e 2023, segundo dados do Censo da Educação Básica em 2022 eram 405.056 alunos e passaram para 607.144 em 2023. Diante desse crescimento, surgem várias indagações e questões que se sobressaem, são elas: Os profissionais da educação estão preparados para essa nova realidade escolar? Será que estes professores, por sua vez, quando recebem os alunos no espectro do autismo conseguirão desenvolver uma prática pedagógica diferenciada e adaptada a esses alunos na educação regular? Ou será que esses alunos serão excluídos pelo despreparo dos professores e do sistema de ensino?

Diante disso, elaborou-se uma pesquisa de mestrado que buscou ouvir daqueles que vivenciam essa realidade diariamente, ou seja, as mães desses alunos.

Neste e-book você irá encontrar um relato das mães de crianças autistas matriculadas em uma escola da rede estadual de Joinville - Santa Catarina, falando como de fato se dá a inclusão de alunos com TEA, como elas se sentem e sentem que seus filhos estão sendo incluídos ou apenas matriculados.

A inclusão pelo olhar das mães desses estudantes é de fato emocionante e reflexivo, trazendo falas que nenhum pai gostaria para seu filho. O E-book conta ainda com um capítulo sobre as leis e direitos dos autista e um apanhado de como se iniciou e deu a educação especial e inclusiva até aqui. Está linha do tempo nos mostra que evoluímos em relação a direitos e políticas públicas, mas que há muito ainda o que conquistarmos.

“

Cada página deste e-book, cada linha da minha dissertação, foi escrita com você no meu coração.”

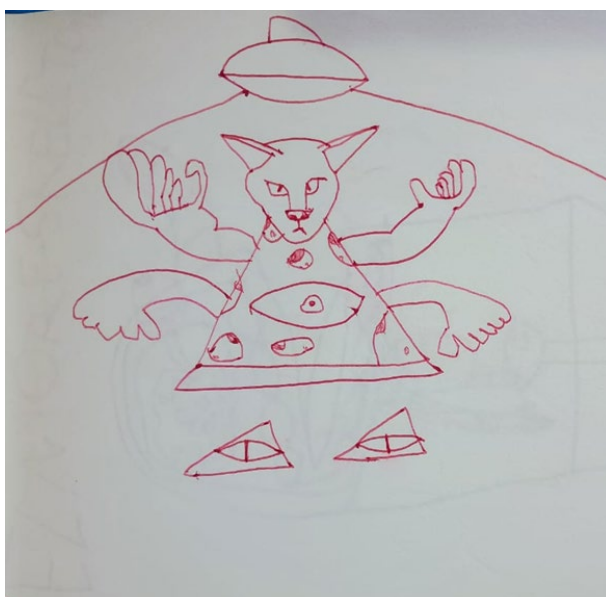


Figura 1 – Desenho feito com caneta vermelha sobre papel branco, apresentando uma criatura com cabeça de gato e corpo em forma de fatia de pizza, quatro braços abertos, um disco voador flutuando acima e dois triângulos com olhos voltados para a figura central, envoltos por uma linha oval que sugere um campo de energia ou nave.

“

Eu gostaria que o mundo pudesse te ver com os meus olhos, para que todos pudessem enxergar a beleza e a pureza que você carrega.”

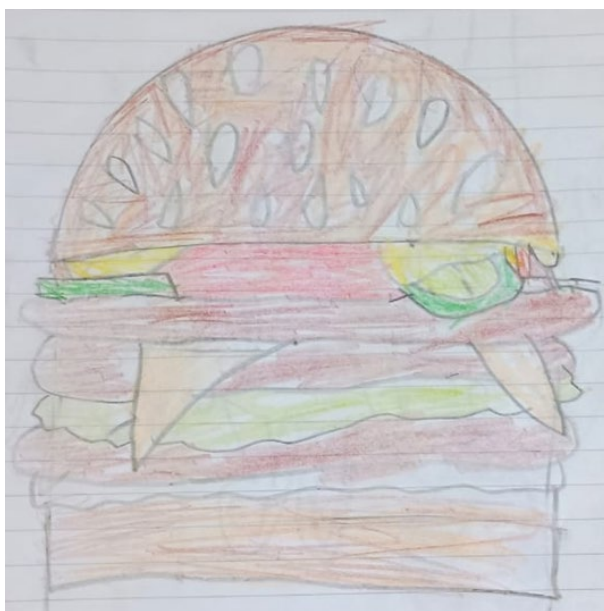


Figura 2 – Desenho feito com giz de cera ou lápis de cor, ocupando quase toda a página de um caderno pautado, representando um hambúrguer triplo com camadas de pão, carne, queijo derretido, alface e tomate, finalizado com a inscrição “TRIPLE CHEEZBURGER” em letras maiúsculas na parte inferior.



Capítulo 1: Vozes de quem cuida

Primeiro Relato: Uma Jornada Incondicional pela Inclusão

Desde criança, sonhava em sair da rotina da cidade pequena no interior do Paraná e explorar o mundo além das vistas da janela do meu quarto. Ainda pequena, a escola era meu mundo, um portal para outras oportunidades e conhecimentos, principalmente a mudança de cidade e condição financeira e assim fui nutrindo o meu amor pela educação. Admirava profundamente meus professores, especialmente a professora Márcia de Educação Física, cuja energia contagiante me inspirava a sonhar grande. A professora Nelci, com sua paixão pela Língua Portuguesa, despertou em mim o amor pelos livros e pela escrita. Aquele ambiente acolhedor e estimulante me fez sonhar em ser professora e ajudar outras crianças a descobrirem o mundo da aprendizagem e mudarem suas vidas, onde meu primeiro aluno foi meu irmão.

A graduação em Educação Física em 2014, foi um marco em minha vida, um sonho de infância realizado, mas a realidade da sala de aula me fez deparar para uma lacuna na minha formação, a falta de preparo para lidar com a diversidade, especialmente com alunos com deficiência. A inclusão era um termo distante da realidade vivenciada no cotidiano escolar, era mais presente somente nos meus livros e algumas das minhas aulas na faculdade, para ser mais específica em uma disciplina apenas.

A chegada do meu filho Miguel, em 2014, foi um presente divino, o maior sonho realizado. No entanto, em agosto de 2017, recebemos a notícia de que ele era autista. Aquele diagnóstico me fez repensar toda a minha trajetória profissional e pessoal. O diagnóstico foi um choque, mas também um despertar. Comecei a pesquisar incansavelmente sobre o autismo, sobre as suas peculiaridades e sobre as melhores formas de atender às suas necessidades.

Com o coração partido, mas determinada pela necessidade de compreender melhor meu filho e oferecer o melhor para o Miguel, retomei em 2018 os estudos em Pedagogia, agora com um olhar mais atento a Educação Especial. A experiência como mãe me proporcionou uma nova perspectiva sobre a educação, pois com o nascer de um filho geralmente os pais fazem planos e criam expectativas sobre o futuro de seus maiores tesouros. Eles esperam ansiosos pela fase escolar, pois com ela vem as apresentações,

a leitura, a escrita e com essas as cartinhas de dia dos pais, dia das mães, as escolhas de materiais de personagens, os novos amigos e professores, um espaço físico maior. Contudo, quando se é pai, mãe, ou um responsável “atípico” o que era sonho se torna medo da fase mais esperada por alguns, se torna o verdadeiro tormento para os pais e responsáveis “atípicos”. Após concluir a nova graduação fui em busca da pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial que me preparou ainda mais com os conhecimentos necessários para defender os direitos do Miguel e de outras crianças com autismo. A cada nova etapa, aprofundava meus conhecimentos e me fortalecia para enfrentar os desafios da inclusão.

A luta pela inclusão do Miguel não foi fácil. Encontrei resistência, falta de recursos e, muitas vezes, a sensação de estar sozinha. A busca por terapias adequadas e a inclusão escolar foram desafios constantes. A dificuldade em conseguir uma professora auxiliar na educação infantil foi um dos primeiros obstáculos, pois inicialmente a secretaria de Educação de Joinville negou e neste momento coloquei em prática os meus conhecimentos sobre os direitos do meu filho. Percebi que a Educação Inclusiva não era apenas um direito do Miguel, mas de todos os alunos, e a cada pequena vitória, a cada sorriso do meu filho, eu renovava minhas forças.

A cada dia enfrentava a resistência de alguns profissionais e a falta de adaptação do ambiente escolar às necessidades de Miguel. A comunicação, a interação social e a aprendizagem eram áreas que exigiam atenção especial. A falta de fala e a presença de TDAH tornaram o processo ainda mais complexo. Apesar de todas as dificuldades, a cada conquista de Miguel, eu me sentia realizada e motivada a continuar lutando por uma educação mais inclusiva.

A experiência com Miguel me transformou em uma defensora da Educação Inclusiva. Percebi que a escola precisa se adaptar às necessidades dos alunos e não o contrário. A caminhada pela inclusão, no entanto, não tem sido fácil. Enfrentamos falta de preparo de alguns profissionais e a falta de acessibilidade arquitetônica (sinal sonoro do recreio, salas com muitas informações nas paredes, entre outras) são barreiras que precisam ser superadas.

A frase: “amanhã o Miguel pode ficar em casa, porque a segunda professora não irá para a escola” me marcou profundamente. Senti na pele a cobrança excessiva sobre os pais de crianças com autismo. A pergunta recorrente sobre a medicação, a separação dos alunos da Educação Especial e o tratamento diferenciado fazendo parecer que estes são alunos exclusivos da segunda professora e não alunos da escola como todos os outros. Essas são práticas que precisam ser combatidas.

Essas situações me enfureciam ainda mais na minha luta por uma educação de qualidade para todos.

“

Apesar de todas as dificuldades, a cada conquista de Miguel, eu me sentia realizada e motivada a continuar lutando por uma educação mais inclusiva.”

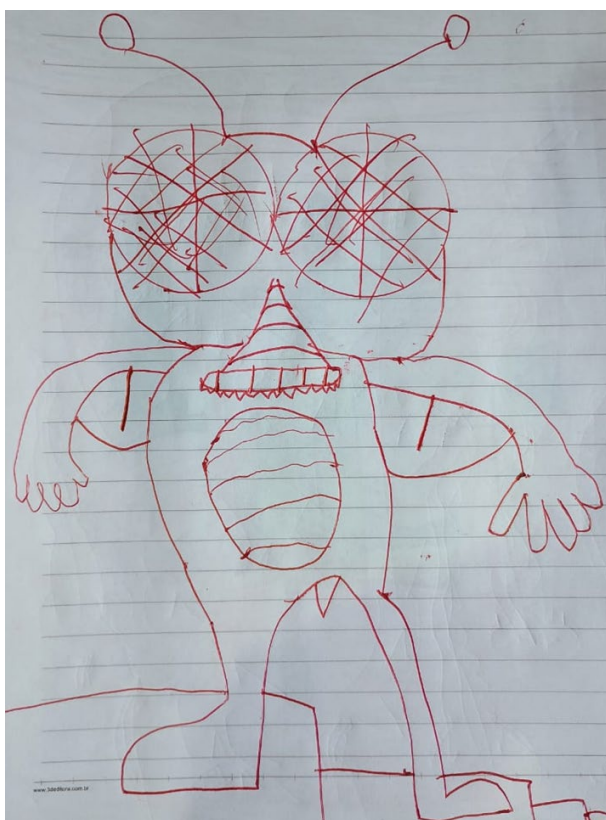


Figura 3 – Desenho feito com caneta vermelha sobre folha de caderno pautada, retratando uma criatura de corpo oval com olhos grandes preenchidos por linhas cruzadas, antenas no topo da cabeça, boca triangular com risquinhos, braços finos com garras e pernas curtas, transmitindo energia e expressividade em um estilo marcante.

Percebo que a escola, muitas vezes, ainda não está preparada para receber alunos com autismo. Salas de aula superlotadas, falta de recursos e profissionais despreparados criam um ambiente hostil para esses alunos. É comum vermos filas mal organizadas, atividades padronizadas e uma expectativa de que o aluno com autismo se adapte ao ambiente, em vez do contrário, pois em algum dado momento da vida escolar de crianças autistas elas sofrerão alguma forma de exclusão ou preconceito, simplesmente por serem diferentes, a mesma diferença que torna crianças neurotípicas singulares, torna os neuroatípicos anormais.

Precisamos que a escola seja um espaço acolhedor e inclusivo, onde todos se sintam valorizados e respeitados. A acessibilidade não se limita apenas ao espaço físico, mas também às relações interpessoais, às metodologias de ensino e às práticas pedagógicas.

Em 2023 na tentativa de transformar essa realidade, resolvi dar um passo ainda maior e decidi ingressar no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em rede- PROFEI. Meu objetivo é aprofundar meus conhecimentos sobre as políticas públicas de educação especial, sobre as melhores práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência e sobre como construir uma escola mais inclusiva para todos, principalmente autistas. Continuo buscando mais conhecimentos e ferramentas para capacitar outros profissionais a promoverem a inclusão de forma efetiva. Acredito que a escola tem o poder de transformar vidas e realidades e que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham a oportunidade de aprender, crescer e se desenvolver em um ambiente acolhedor, pois todos merecem ter acesso a uma educação de qualidade. Confio que a educação tem o poder de transformar vidas, assim como transformou a minha. A luta por uma Educação Especial de qualidade é uma causa que me move e me inspira a continuar buscando um futuro mais justo e inclusivo para todos.

A Educação Inclusiva é um direito de todos. É preciso investir em formação continuada dos professores, adaptar os espaços escolares, promover a acessibilidade e criar um ambiente acolhedor para todos os alunos. A escola precisa ser um lugar onde todos se sintam valorizados e acolhidos, independentemente de suas diferenças. A jornada continua, e sei que ainda há muitos desafios pela frente. Mas com fé, determinação e o apoio de minha família, especialmente, do meu marido Kleiton e de colegas, seguirei em frente construindo a cada dia uma educação mais inclusiva.

Discorrer sobre inclusão é difícil para esta mãe, professora e aspirante a pesquisadora, pois tenho presenciado a inclusão ou mesmo a falta dela in loco, e mais que presenciando venho vivenciado na escola e por meio de meu filho. Este relato é um registro de minha jornada como mãe e educadora. Quero que Miguel, quando crescer, saiba que sempre foi a razão de tudo, minha maior inspiração e que sempre o amei e aceitei. Desejo que ele se orgulhe de tudo o que conquistamos juntos.

Minha maior esperança é que este relato inspire outros pais, professores e profissionais da educação a lutarem por uma educação mais justa e inclusiva para todos. A trajetória até aqui me mostrou que a inclusão é um processo contínuo e que exige a colaboração de todos os envolvidos.

“

Contudo quando se é pai, mãe, ou um “responsável atípico” o que era sonho se torna medo, a fase mais esperada por alguns, se torna o verdadeiro tormento para os pais e responsáveis atípicos.”



Figura 4 – Desenho colorido de uma criatura fantástica com cabeça azul manchada, olhos vermelhos com pupilas verdes, boca preta com dentes pontiagudos e língua rosa, chifres roxos curvados, quatro membros verdes com garras marrons e um rabo preto com ponta verde, em uma composição vibrante e criativa.

Segundo Relato: Educação e Autismo: uma Jornada de Lutas, Conquistas e Esperança

Meu nome é Ercília Mara Meirelles Marcelino, sou mãe de um autista nível 1, que tem hoje 14 anos. Eu não tive nenhum problema visível na permanência do meu filho na escola, porque eu trabalhava na Secretaria da Educação, na CRE, na época. Eu sempre acreditei que o Estado apresentasse a melhor estrutura para acolhimento de crianças com deficiência pelo fato de pagar o segundo professor, por ter essas condições que a gente achava que era um diferencial em comparação ao ensino particular e ao municipal. Então, assim que meu filho teve o diagnóstico, já optei de levar para o Estado. Eu escolhi uma escola com uma orientação meio que do médico, do neurologista. Ele disse: “mãe, é uma escola onde ele seja acolhido e ele tenha muito amor”. Então eu escolhi essa escola por se tratar de pessoas conhecidas minhas e eu ter uma certa estrutura. Eu fui conversar com a diretora, com a professora, com o professor de Educação Física e me senti acolhida. Só que esse acolhimento foi pelo fato de eu ter trabalhado já na escola e trabalhar na Secretaria da Educação. Eu conheço pais, mães, que reclamam de muitas vezes solicitarem uma vaga na rede estadual e quando apresentam o diagnóstico de autismo, principalmente quando tem um nível que a criança ainda não fala, que a criança tem mais dificuldades na interação social, eles negam. E isso é muito triste para mim, porque é um direito de todas as crianças. Na Constituição, o artigo 205, que eu sempre cito, é direito de todas as crianças terem a educação. E para mim é muito triste saber que crianças e pais passam por isso.

Hoje o meu filho estuda no oitavo ano, foi para o nono. Está na rede estadual, já quis mudar ele para rede particular, mas ele não quis, e eu acho que isso tem que partir muito dele por conta da socialização, que a gente ganha muito se ele está bem sociável no ambiente. Só que hoje ele já fala em fazer um ensino médio em uma rede particular e eu fico muito contente. O avanço que ele teve é estrondoso. Ele tem autonomia, ele vai no supermercado sozinho, ele faz compra, é estrondoso. Isso é fruto de terapias e da gente fazer um trabalho em equipe com as terapeutas, em equipe com os professores. Já tive dificuldade de professores quererem ser professor do meu filho por achar que eu vou interferir, mas eu sempre achei que ele tem que resolver os problemas dele lá na escola. Sempre dei autonomia para ele fazer isso. Eu sempre achei que ele tem que fazer as coisas dele, eu não posso fazer por ele. No mês passado ele fez uma maquete. Ele estava lá fazendo a maquete dele e a minha vontade era ir lá ajudar, mas eu não posso, porque a nota é dele. Amanhã, depois, lá na sala de aula, ele vai fazer sozinho e não pode ter a mamãezinha lá para ajudar a fazer. Assim como estudar, ele que tem

que estudar sozinho. Fazer a tarefa, ele tem que fazer a tarefa dele sozinho. Ele que tem que fazer as coisas dele sozinho, porque eu não posso estar do lado dele todo o tempo. Então o meu papel como mãe é ensinar e orientar. E o desenvolvimento dele foi estrondoso graças a todos esses profissionais envolvidos. Ele fez ecoterapia, T.O., fono, psicóloga, neuropsicopedagoga, que não era mãe, era outra e foi excelente. Ele tem um relacionamento excelente na escola. Eu não tenho queixa nenhuma. E se ele tem algum problema, ele resolve lá. Depois de resolvido, ele vem e me conta. E assim, eu procuro não puxar nem para o lado dele, nem para o lado da escola. Só escuto, porque a gente conhece muito bem as características do autismo e sabe que se a gente potencializar alguma coisa, a gente corre o risco de amanhã ele não vir contar para a gente o que precisa ser contado. E se a gente minimizar alguma coisa, corre o mesmo risco. Então eu escuto e daí às vezes ele pergunta o que a mãe acha? Eu respondo: “posso te dar a resposta amanhã? Porque o travesseiro é o melhor conselheiro”. A gente pensa muito bem como vai fazer a tratativa daquela situação e no outro dia, mais calmo, eu dou a resposta para ele com calma e sempre pedindo muita sabedoria, porque tem que ser sábio. Eu acho que ele tem um tratamento diferenciado por eu ser da Secretaria da Educação. E de certa forma isso me dá um certo conforto. Mas eu sei de casos e casos que não tem esse mesmo tratamento. Entende? E eu queria muito que todos tivessem esse tratamento e essa visão. E eu fico chateada, porque a gente escuta muita coisa.

“

Aquele diagnóstico me fez repensar toda a minha trajetória profissional e pessoal, o diagnóstico foi um choque, mas também um despertar.”

“

Eu sempre acreditei que o Estado apresentasse a melhor estrutura para acolhimento de crianças com deficiência pelo fato de pagar o segundo professor.”

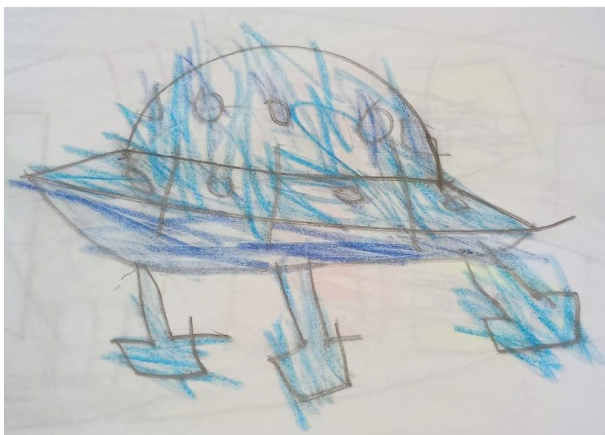


Figura 5 – Desenho de uma nave espacial em formato de disco voador com cúpula arredondada e três janelas circulares, colorida com lápis de cor azul e detalhes em preto, apoiada por três pernas de pouso, transmitindo dinamismo e atmosfera de aventura espacial.

A educação não é feita de uma pessoa só

Nesse momento eu estou trabalhando como neuro psicopedagoga, tive a visão de ir para esse campo por conta do meu filho, que me ensinou muito. Graças a ele eu sou o que sou e aprendi muito na educação especial. Eu não gostaria que as pessoas tivessem que ter um filho autista ou qualquer deficiência para aprender, eu gostaria que a sociedade aprendesse, porque é um direito de todos serem tratados como iguais. Sou aposentada, mas já trabalhei no estado, na Educação Especial, e acredito que lá fiz um pouquinho, mas foi pouco tempo que a gente trabalhou nesse setor. Eu trabalhava no setor de folha de pagamento, e fui para o ensino. Depois fui convidada para trabalhar na Educação Especial, junto com a Joana. Lá eu vi a deficiência que é o Estado. Não é o fato de ter o segundo professor que garante que nossos filhos estão aprendendo. Não é isso. Porque muitos segundos professores não sabem nem o seu papel.

Lembro que uma das minhas primeiras tarefas foi reduzir o número de professores AEEs do Estado. A sede solicitou para que eu apontasse as escolas que nós poderíamos cortar as salas do AEE. E eu disse para a minha gerente que eu não poderia fazer isso sem conhecer a estrutura, sem saber, não analisar só dados. Daí a gente se propôs a ir em todas as escolas que tinham salas do AEE. Nessa visita a gente percebeu o quão os profissionais não estão preparados, porque a gente ia fazer reunião com os segundos professores, o aluno vinha junto e ficava grudado no braço do professor. Daí eu dizia: “mas por que ele precisa vir junto?” “Elas respondiam “ele não fica sozinho na sala”. Como assim não fica sozinho? Ele não é teu aluno, ele é aluno da escola. Então a gente começou ali a perceber a falta de autonomia das crianças, a falta de trabalhar esse crescimento. Não era só ler e escrever. Parece que os segundos professores queriam fazer com que os alunos se tornassem dependentes deles para garantir o trabalho deles. E não é isso. A gente tem que ter o aluno para fazer com que ele cresça e ele aprenda cada vez mais. Então, a gente foi em todas as escolas. Eu cheguei para a minha gerente e disse que não teria como cortar nenhum profissional do AEE, porque todos precisariam ser mantidos por conta da demanda. Que não era só o professor do AEE que precisava de capacitação, mas também era o segundo professor devido a essa deficiência que a gente viu. A deficiência era tão grande, deles acharem que o aluno estava ali só para ser cuidado, só para passar quatro horinhas ali e nem ter a socialização que a gente pensava que tinha.

“

O diagnóstico foi um choque, mas também um despertar.”



Figura 6 – Desenho colorido sobre papel pautado, retratando uma criatura híbrida entre um personagem “Noob” do Roblox e um dinossauro T-Rex, com cabeça amarela retangular sorridente, tronco humanoide com camiseta azul e calça cinza, um braço pequeno e outro com garras, pernas e cauda rosadas de dinossauro, e a inscrição “NOOB -REX” em letras cinzas acima da figura.

Qualificando os AEEs

Então, nós decidimos que a gente não iria cortar nenhuma sala do AEE e começaríamos ali um projeto, um projeto de capacitação para os segundos professores e para os professores do AEE para mostrar qual seria realmente a atribuição de cada professor. O que eles deveriam fazer? O que é uma adaptação? Uma adequação de conteúdo? O que é isso? Por que tem que fazer, na época, o portfólio? Não sei se é feito hoje, mas por que teria que fazer o portfólio? O que era um portfólio? Era a evolução do aluno, o que o aluno entrou sabendo e o que ele ia aprender no decorrer de todos aqueles anos na escola. E para que não ficasse repetindo as mesmas coisas para o aluno. Para que o aluno não ficasse lá no canto da sala só pintando desenho ou fazendo nada, porque era o que estava acontecendo até então. Então, a gente começou a criar esse projeto para desenvolver com os segundos professores. Fizemos vários seminários. Trouxemos pessoal lá da Secretaria da Educação para falar sobre atribuição. E a gente também foi se capacitar, porque não dá para dar uma coisa que você não tem. Você não pode ensinar uma coisa para alguém se você não sabe. Então você tem que encher o teu copinho e depois ofertar para os outros. Enche o teu copinho e oferta para os outros. De uma forma que eles absorvam e consigam transformar os alunos. Daí a gente começou a fazer esses seminários, esses treinamentos. Só que daí a queixa maior dos segundos professores era sobre o que é uma adaptação, uma adequação de conteúdo? Eles falavam que os professores titulares das disciplinas não repassavam o conteúdo antes para que o segundo professor pudesse fazer essa adaptação, essa adequação. E para que o aluno, no caso da Educação Especial, tivesse no mesmo momento que o aluno típico o conteúdo. Então os alunos das disciplinas, os professores das disciplinas não passavam esse conteúdo para eles.

A gente fez uma batalha com a nossa gerente e conseguiu que ela liberasse, para que a gente chamasse todos os professores, disciplina por disciplina. Chamamos, por exemplo, todos os professores de português da rede estadual, principalmente da CREE de Joinville e todos os professores de matemática e de história para eles entenderem que talvez se eles estivessem planejando uma aula para o aluno atípico, o aluno típico iria aprender muito mais. Que eles pensassem, quando eles estivessem planejando aulas deles, se tinham um aluno cego, um aluno surdo, um aluno autista, que todos são alunos... Para que eles entendessem isso, que não era só preparar a aula para os típicos, mas para todos da sala. E que a função da adaptação de conteúdo não era do segundo professor. O segundo professor estava ali como um mediador para que aquilo funcionasse da melhor forma possível. Quem teria que fazer essa adaptação eram os professores da disciplina. Por quê? Porque eles tinham conhecimento do que eles teriam que tratar. Agora imagina, o que eu colocava em todas as reuniões, que quase apanhei, mas colocava em todas as reuniões. Imagina, um segundo professor que é pedagogo, tem

pedagogia, vai adaptar um conteúdo de química. Ele tem condições? Não estou desmerecendo o que ele sabe, o que ele deixa de fazer. Mas pensa, ele tem condições de adaptar? Imagina um professor de biologia. O conteúdo dele ser adaptado por um professor de pedagogia. Eu falava para o professor que o segundo professor está lá na sala para mediar o conhecimento e ajudar ele a pensar de uma outra forma o teu conteúdo. Então ele tinha que utilizar ele. Se o professor vai falar sobre o espaço, o que ele acha que vai fazer com que os alunos entendam melhor o espaço? O segundo professor vai dizer, quem sabe a gente faz uma maquete do planeta Terra e faz todos os planetas ao redor ou do Sol e todos os planetas ao redor do Sol. Entende? Para ser concreto, para que o aluno entenda da melhor forma possível.

Então, essa era a nossa proposta. E a integradora do ensino, na época, foi com uma proposta também muito legal de falar muito sobre a equidade. A gente colocar, ofertar para o aluno. Não é porque ele não sabe que ele não aprendeu. Mas avaliar o que ele aprendeu. Não é porque ele não sabe o conteúdo todo que ele não aprendeu. Mas o que ele aprendeu? E tentar avaliar o que conseguiu fazer com que ele aprendesse. Então a integradora foi com essa proposta e foi muito legal porque fechou. E outra coisa que a gente levou nessas reuniões foi a visão dos pais. O que os pais queriam, esperavam da escola? O que os pais achavam que a escola deveria ofertar? E foi uma mãe, que agora é segunda professora na rede, que falou muito sobre o seu filho e o quanto ele estava se desenvolvendo porque os professores se debruçavam em querer desenvolver o filho. Entende? Não ficava só a carga do segundo professor, era uma equipe. A educação não é feita de uma pessoa só. Ela é feita de várias pessoas pensando sobre o que é o melhor para o seu aluno. E toda vez que eu coloco o conteúdo, o que eu estou tentando ensinar, eu o nivelo por baixo, eu tenho mais condições das crianças aprenderem o todo. Se eu coloco meu conteúdo lá em cima, eu levanto a régua, as crianças ficam meio que pulando para querer entender e saber. Agora, se eu vou nivelando e vou abaixando a régua, elas vão absorvendo aquele conteúdo e elas vão se sentindo aprendentes. Elas estão aprendendo. E é isso que o professor precisa fazer. É baixar a régua e tentar fazer com que eles aprendam o máximo possível. A gente conversou com os professores do AEE, segundos professores, professores das disciplinas e daí o nosso projeto era conversar com os pais para eles entenderem que o filho deles poderia sim se desenvolver o quanto mais possível. Que eles poderiam cobrar dos filhos. Mas daí veio a minha aposentadoria. E eu não quis perder. Quando eu penso o que eu poderia ter feito mais, às vezes eu me arrependo. Entende? Mas é difícil. Essa situação está enraizada de que o professor é o senhor do saber e ele tem que ditar todas as normas, ele não pode adequar nada, ele não pode fazer nada. Isso está enraizada. Eu não sei se a gente tem que mudar isso lá na formação da faculdade, ou a gente tem que mudar com uma nova estrutura.

“

Minha maior esperança é que este relato inspire outros pais, professores e profissionais da educação a lutarem por uma educação mais justa e inclusiva para todos.”

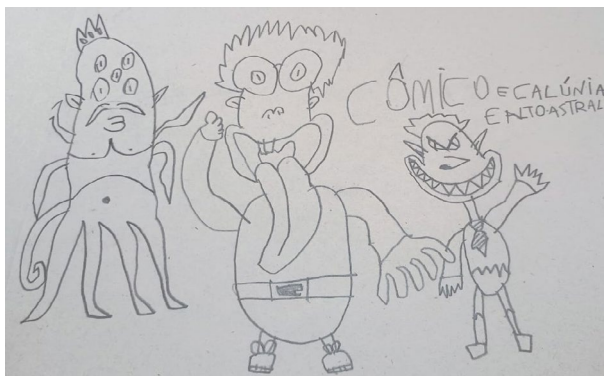


Figura 7 – Desenho a lápis sobre papel branco com três personagens cartunescos: à esquerda, um alienígena com múltiplos olhos e tentáculos; ao centro, um personagem de óculos com expressão de surpresa; à direita, uma figura travessa com dentes pontiagudos, asas e roupa formal. Acima deles, está escrito “CÔMICO = CALÚNIA E ALTO ASTRAL”.

Eu não sei onde a gente tem que partir. Mas a gente tentou conscientizar os professores que a situação estava ali e nós precisávamos ter êxito com aquelas crianças. E se a gente estivesse com aquelas crianças que eram ditas “crianças especiais”, a gente teria com todas. Para isso dependia de todos se engajarem para tornar aquilo natural. Uma adequação ser natural, não ser um sofrimento para ninguém. Ninguém se sentir constrangido por ser menor, por ser reduzido o conteúdo.

“

Muitos segundos professores não sabem nem o seu papel. [...] Faziam os alunos dependentes deles para garantir o trabalho.”

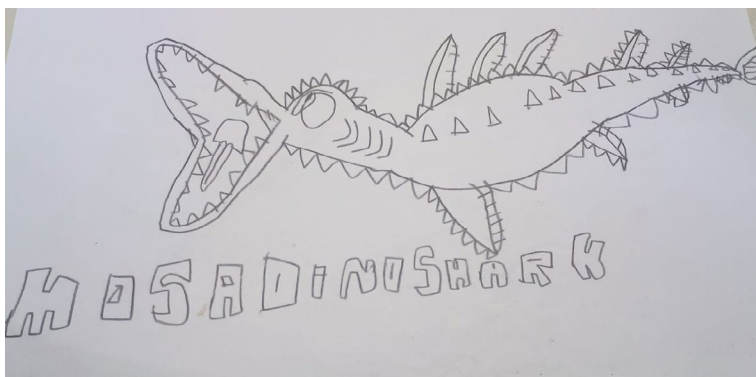


Figura 8 – Desenho a lápis sobre papel branco representando a criatura “MOSADINOSHARK”, uma fusão de mosassauro, dinossauro e tubarão, com corpo alongado, boca aberta com dentes triangulares, olho grande, fileiras de espinhos, barbatanas afiadas e cauda pontuda, em estilo dinâmico e detalhado.

Quanto aos pais...

Eu acho que é um baque quando tem o diagnóstico, tem o laudo. Tem pais que entram no luto eterno, que fica naquele luto, que acha que o filho não vai conseguir mais nada, que acha que o filho não pode fazer mais nada e não enxerga nenhuma evolução na criança. Já tem pais que conseguem passar pelo luto, entram na zona da aceitação, e depois o que a gente vai fazer para melhorar esse quadro? Oxalá se todos os pais fossem assim. Eu acho que primeiro, tendo o laudo da criança, os primeiros que deveriam ser tratados antes da criança seriam os pais. Principalmente para dizer para eles que eles têm capacidade sim, que eles conseguem sim, que eles têm direito sim e que eles podem evoluir sim. Então a infância é dolorida, porque ali começa tudo. E quando a gente vê que os pais não têm paciência, gritam, isso tudo agride o cérebro, faz com que a criança não consiga se desenvolver cognitivamente. Então é triste.

Eu atendo da escola do meu filho, cinco crianças que estudam lá. E a gente vê a diferença. Eu comecei a trabalhar com uma criança, mas dois meses é muito pouco para você evoluir. Essa criança não tem laudo, tem uns traços de autismo e de TDAH. Mas, eu via que se fosse bem trabalhada desde o começo do ano, a gente ia conseguir ter êxito. Então eu coloquei isso no relatório, eu conversei com a supervisora, com a orientadora, com a pessoa lá responsável pela educação especial. Mas aí a garota não tinha laudo, não foi visto com outro olhar. E a garota foi reprovada. Eu disse que não seria legal ela ser reprovada, porque era importante ela ter esse estímulo para ela continuar. E a gente podia começar ano que vem do zero, e trabalhando, acelerar esse trabalho. E eu tinha certeza de que ela ia avançar, mas a escola não quis saber, entende? Tipo assim, você não vai se meter na situação aqui, aqui é outra situação. É ruim, porque a gente tinha que fazer um trabalho em conjunto para ver o que seria melhor para a aluna e não reprovar. Tudo bem, eles tinham argumento, porque tinham notas baixas, mas é pequenininha, segundo aninho, o que isso ia marcar na vida dela? Agora vai marcar negativo, porque ela não vai estar com a turminha dela, que ela já tem os amiguinhos, e sabe essa questão da socialização, que eu acho que é o importante. Mas enfim, é uma decisão da escola, já conversei com a mãe, a gente vai tentar avançar ano que vem. Já conversei até com a própria menininha, disse assim para ela: “se acontecer de você ser reprovada, não fica triste”. Isso para tentar contornar, porque mexe com isso. A gente precisa avançar muito nisso, trabalhar muito nesse direcionamento de todos terem esse direito.

“

No Brasil, a Lei Berenice Piana simboliza um avanço legal, mas sua implementação esbarra em uma cultura educacional que ainda enxerga a deficiência como exceção.” (Brasil, 2012, p. 2)



Figura 9 – Desenho com lápis de cor em página pautada, retratando uma criatura com cabeça de tubarão, boca aberta com dentes brancos contornados em vermelho, olhos vermelhos e corpo arqueado em tons de roxo, quatro pernas longas e articuladas em amarelo com garras, além de uma barbatana ou apêndice curvo na cabeça; a palavra “AARON” aparece no canto superior direito.

O acesso e permanência

Eu vejo o acesso dessas crianças na escola como algo bem difícil. Eu tinha duas aprendentes minhas na Casa da Ação Social que eu indiquei para fazer a matrícula e teve dificuldades. A mãe falou que a criança foi indicada por fulana e daí foi abrindo os caminhos, entende? Mas eu vejo que há essa dificuldade e a gente precisa melhorar muito isso, muito. E assim, a falta de segurança que os pais têm em deixar as crianças na escola, no barulho excessivo. Tem aqueles que têm que usar o tampão, os que têm dificuldade de locomoção, é bem difícil. A gente tem que melhorar isso quanto mais possível. E sobre a permanência, ela até existe, mas só que eles não dão o que é necessário, sabe? No caso das adequações, das adaptações de conteúdo, eles não ofertam o que é necessário realmente para a criança se desenvolver. Daí, isso faz com que a criança não tenha estímulo para ir para a escola, não queira ir para a escola e a escola é muita repetição, repetição, repetição. Se ensina um conteúdo e fica repetindo, repetindo, não avança. Por que eu tenho que aprender várias vezes a mesma coisa? Muitos autistas colocam, né? Por que eu tenho que repetir tantas vezes? Eu já aprendi. Mas é uma conscientização individual e também coletiva, porque a educação é feita no coletivo, não é só no individual.

Então, existe a permanência, mas não existe a permanência com qualidade, que garanta que a criança está se desenvolvendo, entende? Só o fato de permanecer. Agora, se tem laudo, garante aprovação. Se não tem laudo, vai para a reprovação. Eu me pergunto até que ponto um laudo vai determinar, vai dizer como eu devo ensinar a minha criança. Não precisa de laudo. Se eu, como especialista na educação, vejo que ela tem dificuldade, por que eu não posso já fazer uma adaptação de conteúdo para ela? Eu que sou especialista, não precisa vir um médico dizer o que eu preciso fazer. Eu tenho que ter essa visão, mas para mim ter essa visão eu tenho que ter conhecimento. E é isso que falta, conhecimento para os professores, para eles entenderem como fazer com que a criança se desenvolva. O neurologista manda que tem que fazer adaptação de conteúdo. Mas e daí? Precisa o neurologista dizer para alguém, para um especialista na educação, que conhece como é a educação, o que ele tem que fazer? Se eu estou vendo que a criança não tem condições, eu faço. Não precisa do laudo, entende? Não é o laudo que vai me definir. Mas a educação ainda precisa do laudo do especialista. E daí? Quando o neurologista manda o laudo, está querendo mandar aqui na minha escola, está querendo mandar como eu vou fazer as minhas coisas.

Eu, por exemplo, atendo na Casa da Ação Social 32 crianças e três têm laudo. O restante é em cima da avaliação. Eu os avalio, vejo as dificuldades e vou trabalhar aquilo que ele precisa ser trabalhado que pode ser atenção, foco, controle inibitório, pareamento. Eu vejo as dificuldades e vou trabalhar aquilo para que ele consiga se desenvolver. E conseguindo ali, ele vai conseguindo nas outras áreas. Ali é um experimento da vida. É uma pequena parte.

“

A escola precisa se adaptar às necessidades dos alunos, e não o contrário.”

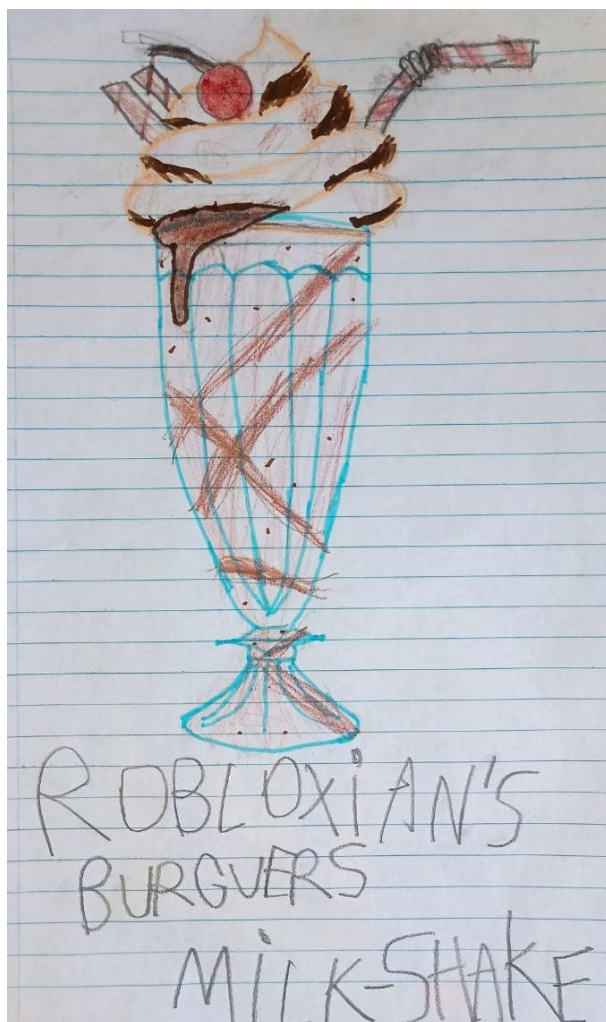


Figura 10 – Desenho colorido em papel pautado representando um milkshake servido em copo alto com base, com bebida bege e detalhes marrons, chantilly, pedaços de biscoito, cereja vermelha e canudo listrado; abaixo, aparecem as inscrições “ROBLOXIAN’S”, “BURGERS” e “MILK-SHAKE” escritas a lápis.

As crianças têm muito a autoestima baixa. Elas já dizem que não vão conseguir fazer. Tu apresentas uma coisa diferente e eles dizem que não vão conseguir. Daí eu digo: “você vai conseguir sim. Olha o nosso lema, está lá bem grande no quadro. Não desista. Você não pode desistir antes e começar a fazer”. Entende? Então, existe a permanência na escola, mas não existe a qualidade para que você consiga desenvolver a criança num todo. E essa qualidade é o conhecimento. Eu não preciso de ninguém dizendo para mim o que eu preciso fazer, se eu sou conhecedor do assunto. Se eu sou professor de matemática e estou ensinando fração, eu sei que a criança precisa saber multiplicação, divisão, adição, para aprender a fazer fração. A criança não sabe isso. Então tens que ensinar para ela, porque não vai aprender fração se ela não sabe os outros, o que era anterior a isso. Tem que ser humildade e voltar atrás. Ensinar o que não se sabe. Humildade de dizer: “ele não sabe ainda isso, então, vamos ensinar”. E isso tem que ser com calma, no tempo dele, ele vai aprender nas condições dele, de uma forma mais lúdica, de uma forma mais abrangente. Então, existe a permanência, mas as condições são precárias. Precaríssimas. Falta estrutura, falta pessoal, falta o querer de cada um, falta conhecimento, e daí, quem perde são os nossos alunos. Infelizmente.

Falo isso como mãe, e falo isso como especialista que já trabalhou na educação. Se os pais estão juntos com a criança, eles até a ajudam a enfrentar essas barreiras, mas se os pais não estão juntos, a criança fica lá à margem, sofrendo, só tendo frequência, não querendo ir mais para a escola, porque não é respeitada. Então, é isso que eu vejo que acontece até hoje.

“

Não é o fato de ter o segundo professor que garante que nossos filhos estão aprendendo. Muitos não sabem nem o seu papel.”

Terceiro Relato: Autismo e Educação: Desafios, Superações e o Sonho de uma Escola Inclusiva

Meu nome é Oracina, sou mãe do João Gabriel Garcia, autista, nível 2 de suporte. Eu descobri o autismo por meio de um laudo quando ele tinha 2 anos e 6 meses. Já sabia que ele era autista a partir dos 2 anos, e depois foram feitas consultas com neurologista, investigação, e então foi dado laudo que ele era autista nível 2. O João é um pouco agitado, difícil de lidar com frustrações. Quando ele tem que lidar com essas frustrações, ele fica nervoso, aí ele pode agredir, bater, empurrar, puxar cabelo... Na escola ele consegue se conter mais, devido às regras e por não estar com o pai e a mãe, eu acredito. Então, ele se comporta melhor na escola. Em casa, em momentos assim, ele agride a gente. Melhorou, mas ele tem picos assim. Ele tem melhoras, aí depois ele volta, fica mais instável, depois ele dá uma melhorada, e assim vai indo. Tem tempos melhores, tem tempos piores, vamos dizer assim.

Ele começou na Educação Infantil numa creche municipal e depois foi para uma creche particular e ficou um ano e meio, ali. Quando ele tinha 4 anos, ele voltou para creche municipal, meio período, que aí eu já não trabalhava mais e ele já estava com o laudo fechado e tendo consulta com a psicóloga. Ali foi trabalhado com o método ABA, e a psicóloga também interagiu com a escola, foi bem bom naquela época. Depois da creche municipal Mario Avancini, ele esteve lá um ano e meio e então veio a pandemia, né? Ele ficou um ano em casa, praticamente, e aí começou o primeiro ano na Escola Jandira Dávila, uma escola estadual, onde ele está até hoje, no quarto ano e agora indo para o quinto ano. Ele, quando iniciou ali o estudo no primeiro ano, estava em casa ainda, durante a pandemia, né? Começou lá em agosto, aí era uma semana sim, uma semana não, foi bem difícil, muito difícil, porque era uma adaptação, ele tinha que se adaptar, voltar para a escola, que eu já estava há mais de ano, já sem ir de novo, né? E aí era uma semana sim, uma semana não, não se adaptava nunca, e depois de tanta reclamação, conseguimos que as crianças com deficiências fossem direto. Foi indo, ele se adaptou, mas aí já acabou o ano.

“

A educação não é feita de uma pessoa só. Ela é feita de várias pessoas pensando sobre o que é o melhor para o seu aluno.”

“

Eu olho para o João dormindo e é um amor que transborda na gente, um amor tão grande que a gente quer tudo, quer fazer tudo, mas a gente tem que se conter e perceber o que é possível.”

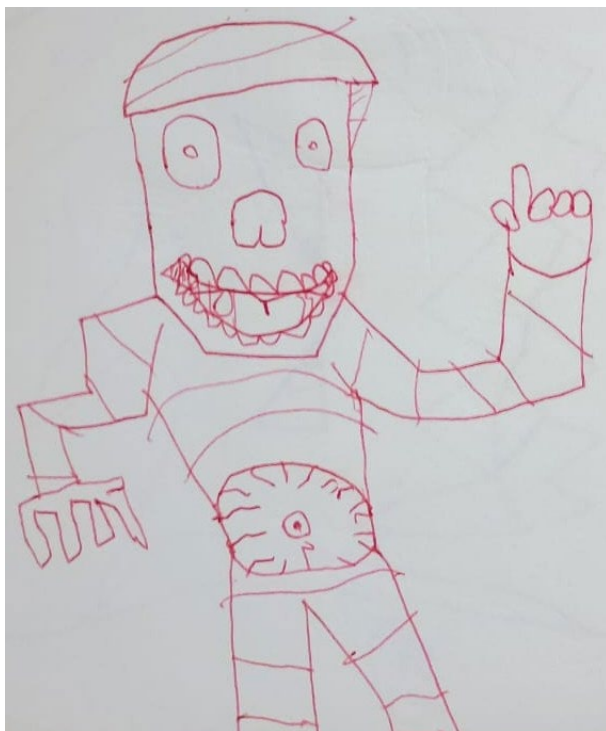


Figura 11 – Desenho feito com caneta vermelha sobre papel, representando uma figura humanoide de traços simples, com cabeça retangular, olhos redondos, boca aberta com dentes irregulares, língua para fora, camiseta e pernas listradas, umbigo estilizado no centro do corpo, um braço levantado com dedo apontando para cima e outro dobrado à frente, em estilo expressivo e criativo.

Depois, no segundo ano, ele se adaptou mais rápido. Ele é um menino que tem muita capacidade de aprendizado e tem que ser desafiado e trabalhar com hiperfoco, mas eu nunca foco muito no hiperfoco dele, eu tento sempre mudar o hiperfoco dele, porque ele muda bastante, às vezes é livro, hoje é ônibus, às vezes é carro, às vezes é aro de carro, às vezes é leitura infantil... Eu percebi que se trabalhar o hiperfoco junto com a leitura e escrita na escola ele desenvolve melhor, porque ele não tem nenhum problema cognitivo na parte de aprendizagem, então ele se desenvolve bem.

Nessa parte eu acho que a escola está um pouco atrasada, pois às vezes não acredita muito no aluno e fica com aquelas atividades muito simples, voltadas para o primeiro ano. Mas você pode perceber que ele tem a compreensão, que ele conhece todas as letras, que ele sabe ler, que ele até sabe soletrar as letras das palavras, daquelas palavras que ele quer. A gente sabe que o conhecimento dele é grande, então basta trabalhar dentro desse conhecimento. Não é fácil também para quem não tem experiência. Não vou culpar o professor, porque o professor, muitas vezes, não estudou para trabalhar com esse tipo de aluno que tem dificuldade de aprendizagem, que tem um diferencial para aprender. Falta às vezes também acreditar nesses alunos, acreditar que eles têm potencial, não limitá-los à deficiência. Então, as condições que a escola dá para o aluno, eu acho que ainda é ruim e teria que melhorar. Deveria melhorar as condições de trabalho do professor e as condições da escola em si para receber os alunos com deficiência. Eu acho que a escola é muito barulhenta, é muito difícil do aluno estar na escola devido ao barulho. Mesmo agora que o João já está acostumado ele ainda reclama e acha que a escola é barulhenta. O João nunca quer ir para a escola. Ele não gosta de ir para a escola, só vai porque é uma rotina, é uma regra a ser cumprida. Ele fica contando os dias para chegar sábado e domingo e para chegar às férias. Eu acho que a escola tem que acolher melhor. O desafio é saber e aprender a atender esses alunos, essa demanda que está tão alta agora. Para isso tem que mudar a estrutura da escola e os profissionais também têm que ter formação adequada para esse tipo de atendimento, porque hoje o João já está indo do quarto para o quinto ano, né? Eu não concordo muito com a adaptação que é feita com a aula. A professora disse que meu filho 'atrapalhava a aula'. Perguntei como ajudá-la, e ela respondeu: 'Não sei lidar com autistas'".

“

A escola tem que acolher melhor. O desafio é saber e aprender a atender esses alunos, essa demanda que está tão alta agora.”

“

*Eu queria uma escola dos sonhos.
Faltam muitas políticas públicas para
garantir o acesso e a permanência
desses alunos.”*

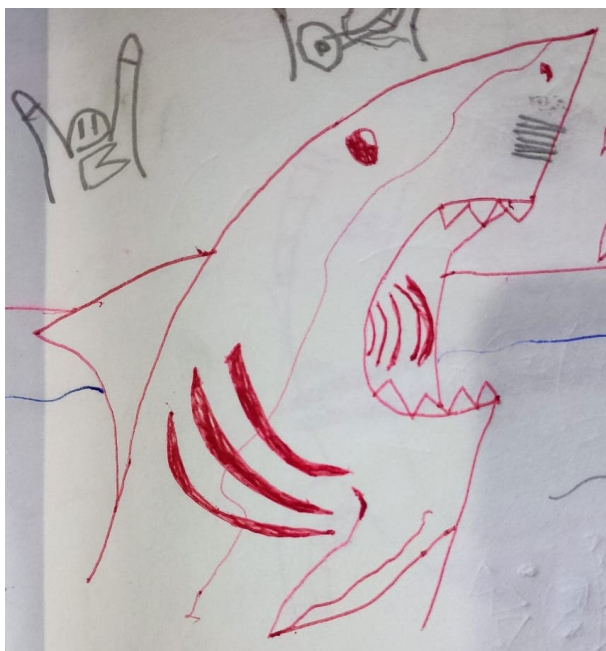


Figura 12 – Desenho em caneta vermelha sobre papel branco de um tubarão em posição diagonal, com boca aberta exibindo dentes triangulares, olho circular intenso, guelras laterais, barbatanas bem definidas e linhas azuis na base sugerindo o oceano; no canto superior esquerdo, uma mão faz o sinal “shaka” e no direito há rabiscos e formas geométricas.

Eu estou fazendo estágio da minha licenciatura em Educação Especial e atendi um aluno assim no meu estágio. Ele estava no ensino médio e sabia ler muito mal. O João já sabe ler melhor que ele. Esse aluno lê muito soletradamente e escreve também em caixa alta e muito devagar. Só que ele tem que aprender o assunto da aula que está sendo ministrado. Eu não concordo com esse tipo de aprendizado, porque o aluno não está no momento de aprender aquele assunto. Ele tem idade para estar no ensino médio, mas o aprendizado dele não está no ensino médio ainda, então fica muito abstrato tudo aquilo que ele está aprendendo. Na verdade, não está aprendendo, ele está ouvindo, porque o aprendizado tem que ser eternizado para ficar. Então, eu acho que essa parte da escola, deve ser revista. Claro que tem que ter inclusão, mas uma inclusão que esteja adequada para o aluno. Eu acredito que essa inclusão que está sendo feita, é uma segregação ainda, não chega a ser uma inclusão. Eu acho que o aluno tem que se sentir à vontade, tem que estar bem na sala de aula para que haja inclusão, porque ele está ali, mas é como se ele estivesse em um lugar ouvindo tudo em inglês para ele. É tudo muito complicado para ele entender. Ele não tem uma bagagem para estar naquele momento ali ainda.

“

O João nunca quer ir para a escola. Ele não gosta de ir para a escola, só vai porque é uma rotina, é uma regra a ser cumprida.”



Figura 13 – Desenho feito com lápis e giz de cera sobre papel branco, mostrando em perfil a cabeça e parte do pescoço de um dinossauro carnívoro com boca aberta, dentes triangulares vermelhos, corpo em tons de amarelo e olho pequeno verde com pupila escura, transmitindo a força de um predador pré-histórico.

Voltando a falar do João, que está no Jandira hoje, eu acredito que ele podia estar melhor na escola. Eu vejo isso e já conversei lá na escola. Ele tem um segundo professor, que vem da área da Pedagogia, às vezes da Educação Infantil, e não tem conhecimento. Ele não procura conhecer mais, mesmo hoje com a internet que tem tudo, né? Eu acho que às vezes o professor tem que procurar também estudar sobre o aluno. Eu por exemplo estou estudando para ser uma educadora especial. Eu já estudei muitas coisas e tenho um filho com autismo também. Então eu tenho uma experiência vivenciada em casa. Mas eu sei que eu vou ter alunos que não vai se parecer com o meu filho, que não vai se parecer com o que eu já estudei, que vai ser um desafio e uma novidade para o meu conhecimento. E o que eu tenho que fazer? Eu tenho que procurar sobre isso, tenho que estudar sobre o aluno para que eu consiga adaptar e fazer o melhor por ele. Sempre tentando ser um professor que atua com amor na escola, que tenha empatia, que se coloque no lugar. O que eu faria para que esse aluno aprendesse a matemática, a ciência? O que eu poderia fazer de forma concreta, de melhor entendimento para ele? Não sendo capacitista com o aluno, não que ele não seja capaz de aprender. Isso não. Mas que seja adequado a ele, ao entendimento dele. E os professores hoje não atendem só um aluno em sala de aula. Atender um aluno, dependendo da deficiência, já é bem difícil. Tu imaginas um professor que atenda três, quatro alunos em sala de aula. Esses alunos têm uma demanda muito alta e precisam do professor. Eles precisam que o professor adapte o assunto e que esteja ali para orientar, para ele conseguir fazer, para ele ir em frente, para ele permanecer na atividade, para ele se concentrar. O autista na sala de aula, se distrai com os alunos ao redor, ele se distrai com o ambiente. Ele não quer fazer porque às vezes não é um assunto que interessa, não é uma brincadeira ou uma atividade que chama a atenção dele. Então ele tem que estar toda a vida sendo estimulado a fazer. E aí o professor, como é que ele vai conseguir trabalhar com três, quatro alunos com deficiências diferentes, com níveis de suporte diferentes, fazendo o melhor para o aluno? Muito difícil.

“

A falta de comunicação entre escola e família dificulta muito. Como vou saber o que meu filho aprende se ninguém me fala?”

Na sala do João, tem um autista nível 3 severo, com deficiência intelectual severa. Tem um laudo dizendo que ele tem TDAH também. Então ele tem TDAH, autismo severo e tem deficiência intelectual severa. Esse é o amigo do João. Ele tem várias estereotípias, ele pula, ele bate palma, ele grita quase o tempo todo na escola. Ele é não verbal, ele não fala nada. E ele não trabalha com a tecnologia assistiva, a comunicação alternativa. Que seria o ideal para esse aluno, né? A professora está ali para trabalhar com o João e com ele. Contudo, ele depende muito, muito mais da professora que o próprio João. Só que o João também precisa, e aí ela não consegue. Eu não posso dizer para ela que tem que conseguir, não posso cobrar isso dela, porque eu também acho que é uma demanda muito alta, pela minha experiência. Eu agora estou fazendo estágio no AEE da Escola do Jandira e atendi esse aluno que é amigo do João. Eu achei muito, muito, muito difícil, porque ele não tem atendimento fora da escola, ele não faz Fono...E aí o Estado não paga dois professores para ter um só para aquele aluno, e um para o João, mas é direito deles, não é? Não é direito deles ter uma professora para ajudá-los? Tá complicado isso. Eu acho que o João tá ficando alguém nesse sentido de aprendizado, porque falta ali um atendimento melhor para ele.

O João, até o segundo ano, deu saltos enormes de aprendizado no Jandira, porque era só ele na turma com deficiência. Aí a professora o ajudava e a turma. Ele estava tendo até autonomia no segundo ano e escrevia bem. Aí no terceiro ano, quando veio esse aluno, o João primeiro ficou com ciúme da professora, depois o João não aceitava, aí o que ele fazia? Ele rascunhou tudo e regrediu. Até o final do ano ele começou a se adaptar e então muda de professor novamente. Aí o que o professor vê? O professor vem achando que vai pegar dois autistas, mas aí não sabe as condições desses dois autistas, né? É muito difícil gente, muito difícil mesmo. Eu não sei, eu acho que botar a culpa no professor é complicado, sabe? E ali, com aquele aluno, a demanda é muito alta, porque precisava de uma assistência médica, de terapias, de todo um apoio fora da escola para que na escola o aluno conseguisse se manter quieto, conseguisse sentar numa carteira e fazer pelo menos uma atividade por tarde, sei lá, ou por manhã. Mas o aluno não consegue ficar cinco minutos parado e aí o João imita ele.

“

*Incluir não é sobre tolerar diferenças,
mas sobre reconstruir a escola para
que todas as vozes sejam ouvidas.
Uma educação que exclui autistas é,
por definição, uma educação falida.”
(Mantoan, 2016. p. 145)*

“

O autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos 3 anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na Comunicação, na interação social e na imaginação.” (Mello, 2007. p.16)



Figura 14 – Desenho feito com giz de cera sobre folha de caderno pautado, retratando uma criatura amarela de corpo oval e cabeça grande com um único olho expressivo em tons de rosa, preto e branco, detalhe facial vermelho, braços curtos com dedos pequenos e pernas grossas com pés arredondados, em estilo simpático e cartunesco.

Eu até estou pensando no ano que vem mudar o horário do João. Quero que tu entendas que não é nenhum preconceito, eu vou ser professora desses alunos futuramente, né? Mas eu também quero o melhor para o meu filho. Eu quero que o meu filho se desenvolva e acho que na situação que está hoje, já está há dois anos assim, ele está ficando para trás, sendo que ele tem potencial para desenvolver melhor, sabe? Penso que talvez devesse ter duas professoras, ou ter uma forma diferente de trabalhar com esse aluno, já que ele necessita. A sala de aula e a escola já é barulhenta. Para outro aluno com deficiência estar junto ali, naquele ambiente, e até para os típicos é difícil, atrapalha, desconcentra. Aí elas o levam sair para fora um pouco e o João acaba saindo junto. Assim, o João perde de estar ouvindo coisas que talvez seriam interessantes, perde de estar fazendo alguma atividade.

Eu não sei como é que é o João dentro da sala de aula, isso é outra coisa que eu critico a escola, porque não fala muito sobre as condições do aluno dentro da sala de aula. O autista, ele não consegue contar para a gente tudo o que acontece com ele, então assim, eu não sei como é que é o João bem certinho dentro da sala de aula. Agora, nesse período de estágio, muitas vezes eu observei o João no recreio, e ele tem um comportamento diferente de quando está comigo. Eu conversei já várias vezes com as professoras que disseram que ele faz o que é proposto para ele, mesmo as vezes que ele resiste um pouco, mas ele acaba fazendo. Eu vejo muito o João fora da sala brincando com outro aluno. Então eu acho que também não é bom isso, eu acho que o João tinha que ficar a tarde toda na sala de aula, só se fosse um dia que ele não estivesse bem mesmo, porque ele está já com quase 10 anos, ele está no quarto ano. Ele já está bem adaptado à escola, está bem adaptado à sala de aula, ele está bem. É muita coisa que se tu for questionar é complicado. E aí o que a gente percebe também é que se ali está ruim, tem lugares piores, né? Tem outras escolas que o atendimento é pior. No particular também está um caos no atendimento, porque não contrata o professor, contrata estagiários que estão começando a faculdade. É assim, está bem complicado essa parte, eu acho que tem que melhorar muito ainda. O que eu gosto na escola Jandira, é porque o João já está desde o primeiro ano lá e eu não sei se é porque o meu irmão foi diretor lá, talvez isso também interfira, e porque o irmão estudou lá e foi muito bem, mas o João é muito bem tratado na escola. Ele conhece todo mundo e todo mundo conhece o João.

“

Ambientes inclusivos não são um luxo, mas um direito. Uma escola sem adaptações sensoriais é como um hospital sem macas: incapaz de cumprir sua função.” (Gil, 2019, p. 67)

“

Crianças autistas veem o mundo de maneira única. Negar isso é desperdiçar mentes brilhantes que poderiam revolucionar campos como a ciência e a arte.” (Grandin, 2013, p. 115)

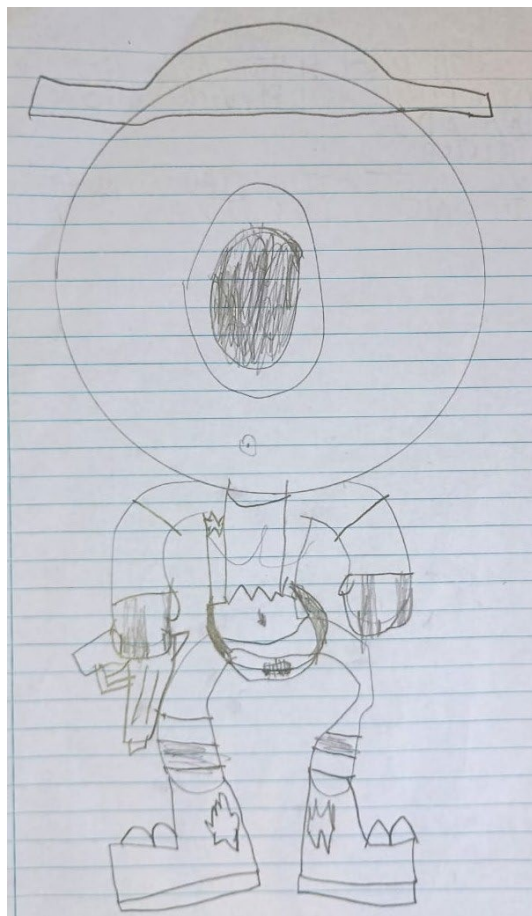


Figura 15 – Desenho a lápis sobre papel pautado com linhas azuis, apresentando uma figura com cabeça circular desproporcionalmente grande contendo um único olho oval sombreado, corpo esquemático com braços, uma mão segurando objeto retangular, pernas curtas com pés arredondados e detalhes ao redor, em estilo simples e imaginativo.

Tem gente que eu nem conheço lá no Jandira, mas as pessoas conhecem o João. Elas conhecem e gostam do João. Eles o tratam muito bem e recebem ele com muito carinho. Esse é o acolhimento da escola. É sensacional, sabe? E a turma que está desde o primeiro ano com ele, amam o João, o tratam super bem. Eles acolhem, estão com o João sempre, chamam ele para brincar... Então, percebo que eles amam o João, assim, de verdade, sabe? Muitas ações que eu vejo deles com o João, me emocionam sempre, eu até choro, e me emociono de ver o amor que os amiguinhos têm com o João, sabe? E as próprias mães dos amiguinhos também têm, mesmo quando muitas vezes eles já apanharam do João, porque ele bate, dá uns tapas, puxa cabelos, e mesmo assim eles gostam do João. As mães também vêm falar pra mim, a gente tem um grupo da sala, e elas falam e defendem o João. Elas não gostam que as professoras gritem com o João. Então, para mim, tirar o João do quarto ano da tarde me preocupa muito, porque todo esse carinho, o amor que ele tem. Ele fala meus amigos, e sabe o nome deles. A gente foi buscar o boletim dele na escola e ele falou assim: “eu vou com a mamãe, porque aí, quem sabe eu já vejo meus amigos” Aí eu falei: “mas os teus amigos não vão estar lá, filho”.

No ano passado eu percebi que ele sentiu muita falta dos amigos. Ele sente falta da escola e da quadra, porque ele ama fazer Educação Física, que alguns autistas não gostam. Eu descobri isso há pouco tempo, que ele adora aula de Educação Física, assim, é a melhor aula da escola. E lá na Avenida, tem um pátio gramado, você deve conhecer. O João ama aquele gramado ele corre, brinca na quadra de areia, brinca na quadra fechada, e gosta muito, dos professores, dos diretores, de tudo. Ele conhece todo mundo, é bem legal essa parte.

“

Adaptar currículos não é ‘facilitar’, mas garantir equidade. Um aluno com TEA pode dominar conteúdos avançados se o ensino respeitar seu ritmo.” (Schmidt, 2021, p. 89)

Para a efetivação da matrícula e acesso à escola, a princípio, o João não teve nenhuma dificuldade. Já para a faculdade, com relação ao João, aí eu não sei como é que vai ser no futuro. Sempre falo que eu vivo um dia de cada vez, assim, sabe? Sempre achei que a escola ia ser muito complicada para o João, e quando eu escolhi fazer a faculdade de Educação Especial, eu decidi fazer para o João. Para ensinar e alfabetizar ele, mas hoje eu vejo que a faculdade não ajuda. Claro, ajuda em muitas questões que hoje eu já consigo olhar e pensar diferente, né? E até defender o professor, porque talvez se eu não estudasse, eu não conseguiria defender o professor em muitas questões hoje. Mas, eu não consigo trabalhar muito com o João, sabe? Em questões terapêuticas, assim, vamos dizer, trabalhar para alfabetizar, trabalhar coisa da escola, trabalhar brincadeiras, que trabalha o cognitivo, que trabalha a tensão, que trabalha pareamento, essas coisas assim, eu não consigo trabalhar muito com o João. O João começa e, como muitas vezes não é do interesse dele, ele não quer, nunca quer fazer. Aí comigo ele quer menos, né? Mas tenho tentado. Tem sido um desafio para mim, tenho tentado bastante. Quando tem oportunidade e dá certo, fico bem feliz.

Eu queria uma escola dos sonhos. Na verdade, eu estudei políticas públicas agora, para o último semestre, e a gente conversou muito lá, que faltam muitas políticas públicas, né? E falta para o João, falta para todos, né? Então, as coisas teriam que começar lá com assistência médica, com terapias. Isso devia ser com um custo bem razoável para nós, né? Que temos uma classe social nível médio e baixa. Teria que ter um acesso gratuito, que a gente conseguisse de verdade. Muita coisa eu não consigo para o João. Eu tive que abrir mão da minha profissão, abrir mão do meu trabalho, para ficar com o João e para atendê-lo.

“

No ambiente escolar, a Educação Inclusiva dá-se a partir da participação efetiva de todas as crianças, sem distinções, em todas as atividades propostas pela escola, haja vista que se espera que a escola engaje-se em promover o desenvolvimento integral dos alunos, independentemente das suas singularidades, especificidades ou deficiências.” (Arruda, Castro; Barreto, 2020)

Hoje o João precisaria fazer terapia com psicóloga ABA, para trabalhar o comportamento. O problema maior do João hoje é o comportamento, devido a essa parte de bater, de agredir, né? E todas que eu sei que são profissionais que vale a pena é muito caro. Muito caro mesmo. Eu não tenho condições de pagar essa terapia para o João. O João faz equoterapia, porque existe um apadrinhamento nessa equoterapia. Eu consegui padrinhos que pagam a equoterapia do João. São quatro cotas e eu pago uma cota. Aí o João faz psicopedagoga, que é a Ercília, eu acho que você conhece, né? Ela faz doação do trabalho dela para a paróquia... Para a paróquia Bom Jesus, aqui do Aventureiro. E aí ela atende o João, uma vez por semana, 45 minutos. Nessa paróquia, eu consegui musicoterapia para o João, só que ainda está em 15, 15 dias. Talvez mais para frente eu consiga uma vez por semana. É bem pouco, assim, terapia, né? Eu estava pagando uma psicóloga para ele, só que eu não vi nenhum efeito até agora. Aí to bem desanimada. Não sei se ano que vem vou continuar ou procurar outra coisa.

E aí, o que deveria ter? Os governantes deviam fazer leis que tivesse atendimento. Tem que ter atendimento. Esse aluno que eu falei é um amor de criança. Tem vezes que ele quer só beijar a gente. Ele quer beijar, abraçar. Ele é uma pessoa de direito, ele tem direito de estar ali. E ele tem capacidade de aprender. Só que ele precisa de pessoas capacitadas e precisa de terapias para isso para que a gente consiga trabalhar com ele, porque a princípio a gente não consegue. Ele é muito agitado, então precisa trabalhar algo com ele e não seria uma profissional, seria vários, né? Seria vários profissionais e ele deveria já ter vários tratamentos para que hoje ele estivesse já num nível que a gente conseguisse trabalhar com ele. Não por ele ser não verbal, que a gente não consegue. A gente conseguiria trabalhar com ele mesmo que ele não falasse nada. E ele não fala, né? Mas o problema, eu acho, é conseguir contê-lo no instante de atenção dele que é bem difícil.

ESCLARECIMENTO

Stimming, ou comportamento autoestimulatório, é um sintoma comum em pessoas com autismo. É caracterizado por movimentos repetitivos, como bater palmas, roer unhas, ou cantarolar.

CURIOSIDADES

“

Temos duas visões de como ver a deficiência, o modelo biomédico e o modelo social. O modelo biomédico do autismo foca no indivíduo e nas suas lesões, enquanto o modelo social foca nas barreiras sociais que impedem a inclusão.”

“

O tradicional Modelo Biomédico, historicamente enfatiza as limitações individuais e os aspectos patológicos do Transtorno do Espectro Autista (TEA).”

“

O Modelo Social propõe que as dificuldades vivenciadas por pessoas autistas estão mais relacionadas à falta de acessibilidade, compreensão e suporte adequados do que às características intrínsecas do TEA.”

Então, essas crianças, precisariam de atendimento e os pais não têm condições de pagar. E às vezes acham que até estão jogando dinheiro fora, entendeu? Então eles tinham que ter pessoas que orientassem a própria família, um apoio para a família. A escola está lutando para ajudar esse aluno. A escola está lutando. Mas não é só dever da escola isso. Não podemos deixar essa obrigação para a escola apenas. Esse direito e essa obrigação são do Estado, é do município, é do país de atendê-lo. E dar condições para a escola... Não é dizer que a escola tem que dar o jeito, a escola tem que conseguir. Sozinha a escola não consegue. Eu acho que a escola precisa de suporte também. Quando você tem uma rede de apoio, quando a família está engajada, quando tem profissionais engajados ali na luta, a escola consegue fazer alguma coisa, consegue dar resultados.

Esse ano foi um ano bem difícil para mim, sabe? E o João também, por ser difícil para mim, também respondeu um pouco no João, porque ele sente o que a gente sente, né? Então ele estava bem agitado um tempo atrás, porque eu queria conseguir o tratamento para ele, mas não tive condições, né? E aí eu até fui a um psicólogo lá na Univille e conversar. Eu contei todo o meu histórico para ele, e ele disse que eu já estou fazendo muito pelo João, dentro da minha capacidade de fazer, né? Querer fazer mais, claro que a gente quer, né? Mas a gente tem que correr atrás, tem que lutar e tem que saber que tá fazendo o que pode também. E aí é difícil, a gente às vezes se frustra e fica triste porque a gente quer mais. Eu queria pagar uma psicóloga maravilhosa que trabalhasse a ABA, que melhorasse o comportamento dele. Muitas vezes eu não vou em muitos lugares porque não dá. Porque o João não consegue ter um comportamento nesses lugares. Talvez eu não é que não sei lidar com ele nesses lugares, porque eu estou estudando na Educação Especial, mas eu não sou psicóloga, né? Eu sou educadora... Estou quase me formando educadora especial, mas eu não tenho a teoria do comportamento, o conhecimento da teoria do comportamento ainda. Quero fazer pós-graduação nisso, para trabalhar com o João, essa relação de nós dois. Futuramente quero estudar também, mas é um passo de cada vez, a gente tem que dar e viver um dia de cada vez e tentar fazer o melhor possível para eles, porque eles são seres maravilhosos e no mesmo tempo deixa a gente com o cabelo caindo.

“

A terapia ABA é a abreviação do termo em inglês “Applied Behavior Analysis”. Traduzindo para o português: Análise do Comportamento Aplicada. O modelo visa abordar os comportamentos importantes para a vida social das pessoas atípicas.”

“

A professora disse que meu filho atrapalhava a aula'. Perguntei como ajudá-la, e ela respondeu: 'Não sei lidar com autistas'.”

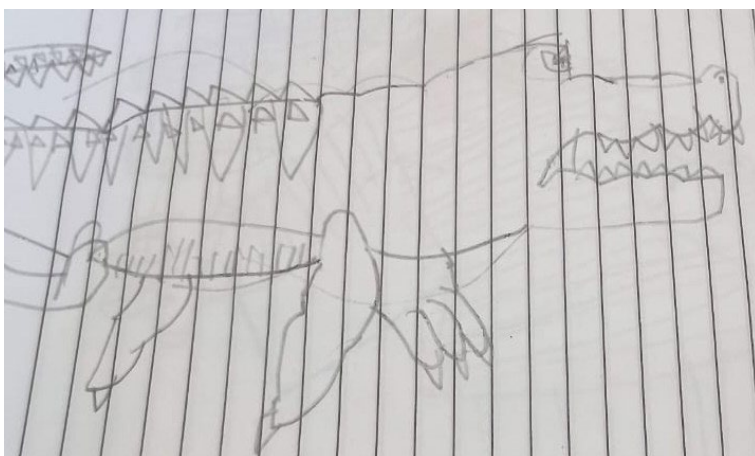


Figura 16 – Desenho a lápis sobre folha de caderno pautado com linhas verticais, representando um animal semelhante a um crocodilo ou dinossauro visto de perfil, com cabeça alongada, dentes triangulares, espinhos nas costas, garras evidentes e outro animal parcialmente visível em seu interior, sugerindo uma cena de predação criativa e dinâmica.

Mas, a gente se encanta por cada movimento de aprendizagem, de evolução que eles têm, né? A gente se emociona. Eu olho para o João dormindo e é um amor que transborda na gente, né? Um amor tão grande que a gente tem por eles, que a gente quer tudo, quer fazer tudo, mas a gente tem que se conter e perceber o que é possível e o que a gente consegue fazer. Vamos fazer bem aquilo que é possível fazer. Vamos dar amor, carinho, atenção, explicar, falar, trabalhar isso aos poucos em casa, que também funciona, né? É isso, eu acho que é isso que eu gostaria de falar. Acho que tem muita coisa a melhorar ainda, mas a gente não pode esquecer que esse movimento todo de inclusão, de adaptação, de aceitação, de nossos filhos, das crianças com deficiência na escola é de pouco tempo. E está evoluindo? Está evoluindo. É devagar, infelizmente, mas a gente tem que acreditar e lutar para que as coisas melhorem e as coisas evoluem, né? Não podemos ficar de braço cruzado. Temos que correr atrás de nossos direitos, de melhores políticas públicas, porque precisamos de melhores políticas públicas para que essas crianças aprendam, porque elas têm capacidade cognitiva para isso, elas têm capacidade de aprender tudo o que elas quiserem. E às vezes elas aprendem coisas que a gente nem faz ideia, que surpreendem a gente, que o hiperfoco deles vão atrás a fundo e querem saber mais.

Já escutei até uma conversa falando que o governador acha que está gastando muito com o segundo professor e claro, como diz o meu irmão, tem professor aí que vai trabalhar com a educação especial achando que é mais fácil não é mais fácil, gente, eu acho que é muito mais desafiador. Então, A gente passa por muitas coisas dentro da escola e eu percebi que tem professor que fica ali e não faz nada, praticamente, né? O professor da educação especial, porque eu estou focada nisso, né? Se o aluno não consegue acompanhar, para que precisa o segundo professor? Se ele consegue acompanhar, ele não precisa do segundo professor. E se ele precisa, tem que ver por que ele precisa, onde ele precisa. Eu tive uma conversa com o professor que ele não sabia nem qual era a deficiência que o aluno dele tinha. Isso me deixou frustrada. Tu acreditas nisso? Tipo, como tu não sabe? Porque para a educação especial, tu tens que saber a deficiência para saber como trabalhar com esse aluno, já de cara, tu tem que entrar em sala de aula, eu vou atender esse aluno, eu sei que deficiência ele tem, ele é autista, ele é autista, ele tem deficiência intelectual, ele é síndrome de Down, ele é cadeirante. O que ele é? Por que ele está ali? Que condições ele está ali? O que eu vou fazer para ajudar ele? Ele sabe ler, ele sabe escrever? Tem que ter um PEI na escola. O que é um PEI? Tem que saber o que o aluno já fez, o que o aluno já aprendeu, ou vai começar com A, E, I, O, U de novo. Porque parece que todo ano o João começa com A, E, I, O, U, se ele já está no quarto, quinto ano. Entendeu? Tem que saber o que ele já aprendeu, o que ele já evoluiu. Ah, eu não sei. Como não sabe? Tem que ter, tem que saber, a escola tem que estar com isso, isso é documentação, isso é dever da escola.

“

A gente se emociona. Eu olho para o João dormindo e é um amor que transborda na gente, né? Um amor tão grande que a gente tem por eles, que a gente quer tudo, quer fazer tudo, mas a gente tem que se conter e perceber o que é possível e o que a gente consegue fazer.”



Figura 18 – Desenho infantil feito com lápis de cor e canetinha sobre papel branco, representando o rosto de um personagem azul do Roblox com formato arredondado, olhos desiguais, faixa preta abaixo dos olhos, chamas amarelas com detalhe vermelho no topo da cabeça e traços expressivos em preto e azul.

Então eu vejo que falta muita coisa. Tem professores que são tops, que trabalham, que adaptam, que eles fazem... Eles estão ali trabalhando mesmo, mas tem alguns que estão só empurrando com a barriga para receber o salário. Infelizmente é assim. Devia ter uma fiscalização, que não existe. Às vezes a fiscalização é só burocrática, de planejamento, tem que entregar planejamento, tem que entregar nota, tudo. E o que está sendo feito em sala de aula? Será que vem um dia sentar lá atrás e ver como é que o professor se comporta em sala de aula? Veio ver como é que é o aluno? Veio ver como é que o aluno está sendo assistido? Não, não veio. É isso que muitas vezes falta. Isso que o estagiário enxerga, às vezes o estagiário veio achar defeito na escola, nos professores. Não, o estagiário não veio.

O estagiário veio observar. Tem coisas que eu nem escrevi no meu relatório. Por quê? Porque eu não quis também ficar criticando. Não é meu dever ficar criticando, eu estou lá para aprender, para fazer diferente, para fazer melhor, eu penso assim. Não para criticar o que os outros estão fazendo. Só que eu vejo que as políticas públicas estão erradas porque teria que ter fiscalização. Estão querendo tirar porque não estão fazendo o trabalho que é para ser feito? Vem fiscalizar então, gente. Vem cobrar de outra forma.

Eu fiz o estágio no AEE lá. Tem uma burocracia enorme lá no AEE. Tem uma cobrança enorme burocrática. Mas o ideal do AEE, o que é? Um atendimento educacional especializado. Uma pessoa que está lá trabalhando, fazendo o melhor para que aquele aluno consiga desenvolver. E aquele aluno, como não tem nenhuma terapia fora, é aquele atendimento educacional especializado que vai ajudar ele a trabalhar lá dentro da sala de aula. E muitas vezes os pais nem sabem o que é esse AEE. O que é esse AEE na escola? Já tem escola que nem tem aluno sendo atendido. Por quê? Porque os pais não levam por falta, porque é em contraturno. Ah, por que será que os pais não levam? Porque não conhecem. Porque não sabem o que é. Porque fazem uma anamnese, porque eu tenho bastante conhecimento do AEE, porque eu estou estudando. Mas antes eu era chamada lá para fazer uma anamnese. Aí tudo queria saber de mim e do João. Tudo bem. E aí, se eu perguntar o que é o AEE, será que a professora passa para os pais o que ela vai fazer, para que serve aquele atendimento para o filho da pessoa? Para mim não passaram nada. Eu soube o que era antes, porque também pesquisei, porque já estava estudando. Entendeu? Mas esses pais que são pessoas simples, que não conhecem nada, vão saber o que é? Às vezes, o pai trabalha e a mãe trabalha no contraturno, o filho vem de tarde para a escola, porque o avô traz, ou a pessoa não tem condições de levar no contraturno. E aí? Não leva. Fica mais sem esse atendimento. E também por falta de tempo, ou de poder levar naquele horário. É tudo complicado e a escola tem que pensar também nisso. Pensar naquele que está fora, não só no que está dentro ali, sabe? Às vezes a escola também não esclarece o que é as coisas, para os pais saberem que é importante aquilo para o filho. Não veio uma, duas vezes? Chama o pai e a mãe para conversar de novo.

Por que não está vindo? É um direito do seu filho, é importante para ele. Por que é importante? Porque ajuda nisso, porque ajuda naquilo, porque ajuda naquele outro. Explique, fale, mostre. Mas, pede para assistir de outro aluno, para ver aquilo ali. Mostre um relatório contando, o que o seu filho alcançou isso, isso, isso, isso, isso, isso, isso esse ano. Chame o pai no final do ano e diga: “esse ano eu fiz isso com o seu filho. Vou te enviar a foto, porque teu filho fez esse trabalho, ele conseguiu fazer. Assim, os pais vão saber o que está acontecendo, porque a gente não sabe.

Eu falei isso para a professora do AEE. Um dia eu falei para ela, que eu estava decepcionada, porque eu pensei que o João não tinha aprendido nada no OE, sabe? Aí, no final do ano, ela manda um livrinho assim, de todas as atividades que ela fez com o João. Sabe o que eu fiz? Eu chorei horrores, porque eu vi aquele livrinho, eu vi o que o meu filho fez o ano inteiro na AE, e me emocionou, porque eu achei que ele não tinha feito nada, como é que eu vou saber se ele fez, se eu não vejo? Se ele não me conta? Se a professora não me fala? Não é igual um aluno típico que a gente conversa e ele conta tudo. Um aluno típico, o outro, o meu filho, o Lucas, que eu tenho experiência com o outro, né? O outro, meu filho, era tão amigo meu que a primeira vez que ele beijou uma menina, ele veio me contar por que tudo que ele fazia, ele contava para mim. Tudo ele contava para mim.

O João não. Ele é uma caixinha de surpresa, eu não sei o que acontece, eu tenho que ir lá na escola e perguntar o que aconteceu com ele por que aconteceu, se está com arranhado na perna, machucou o braço ali, o que será que aconteceu? Caiu? Às vezes ele fala uma coisa que não é, às vezes aconteceu com outra criança, não aconteceu com ele, e aí ele contou, mas às vezes ele nem conta aquilo, eu acho que esses esclarecimentos, essas conversas, tem que ser passada para a família. Falam tanto de família e escola, família e escola, na teoria falam mais ainda, né? Mas existe essa teoria, família e escola? Eu não vejo, para mim não existe. Parece que a família para participar da festinha da escola para ajudar está tudo bem, porque a escola ganha dinheiro, mas eu acho que a família tem que estar à par de tudo o que acontece com o filho dela lá, principalmente, se o filho é atípico. Se ele é típico, ele conta, se ele é atípico, ele não vai contar. Então, vai faltar isso, né? E isso tem que ser a escola contar.

“

A inclusão que existe hoje é uma segregação disfarçada. O aluno está ali, mas não aprende.”

O QUE É PEI?

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um documento que define um plano de ensino personalizado para alunos com autismo.



Figura 19 – Desenho feito com caneta preta sobre papel branco de uma criatura híbrida com cabeça de tubarão, corpo robusto com barbatana dorsal, escamas e cauda de crocodilo, boca aberta com dentes triangulares, patas dianteiras com garras e detalhes texturais; nas laterais, as palavras "SHARK" e "CROC" identificam a criatura como "Shark Croc".

Sempre que possível vou perguntar. E agora estagiando dentro do campo, aí sempre estou lá, né? Então, estou vendo muitas coisas, e aí estou sabendo. Mas eu me coloco no lugar das outras mães que não estão, que trabalham, que não tem tempo nem de ir lá conversar para saber. E elas não sabem, tenho certeza disso que elas não sabem. Vou levar no AE para quê? Nem sei o que que é isso. AE, o que que é isso? A professora falou o que que era, mas nem me lembro mais. Não é uma coisa que a gente grava na cabeça. Não é coisa que passa na televisão lá que tu sabes o significado da sigla. Entendeu? Então, eu acho que tem que ser bem, bem explicado isso mesmo. Melhorar essa parte, assim. Existir essa conexão de família e escola. Existir de verdade. A família tem que participar, que essa participação aconteça, porque eu não vejo que acontece, sabe? Participação que aconteça na vida do aluno. Não quando ele tá lá tirando zero. Antes dele tirar zero. Quando as coisas já não estão boas. Entendeu? Não chamar a mãe para contar que o filho vai reprovar. Tem que chamar antes de reprovar. Fui ao conselho de classe, tinha um monte lá que tava na Berlinda pra reprovar. Elas diziam: “vamos chamar o pai agora pra conversar”. Não. Já tinha que ter chamado. Eu, no meu ponto de vista, tinha que ter chamado bem antes. Chamar para falar coisas boas também. Não chamar só pra falar coisa ruim também, porque aí o pai já sabe que vai lá só pra ouvir bronca, pra ouvir desaforo do filho. Chamar para falar coisa boa. Como: “ele tava ruim, mas agora já tá melhorando”. Entendeu? Hoje eu sei que o meu filho, o Lucas, era super bem lá. Mas eu não sabia que era tanto, porque nunca me chamaram para elogiar o meu filho. Não chamaram pra criticar, mas também não chamaram pra elogiar. Eu acho que tem que ser as duas coisas. Tem que ter essa conexão de família e escola independente. Aluno típico, atípico, aluno que tá indo bem, aluno que tá indo mal. Tem que ter essa conexão, tem que ter esse trabalho de comunicação, de conversa. Tem que existir isso. Tem que ser melhorado isso.

Que ão fique só nos livros, nas teorias. Que isso seja de verdade mesmo. Não só pra participar de festinha ou para saber das regras da escola, não que as regras e as festinhas também não sejam importantes. Mas o mais importante é o aluno. É o resultado do final. Porque tá perdendo tempo. O tempo vai passando e não dá para voltar atrás. Nem com o aluno típico e nem com o aluno atípico. Tempo vale ouro.

Com base nos relatos apresentados, realizarmos uma análise das narrativas obtidas nas entrevistas e optamos pela elaboração da nossa própria narrativa, onde apresentamos a nossa interpretação, dentre tantas outras possíveis, do acesso e permanência dos estudantes autistas na Rede Estadual de Ensino de Joinville, a qual será apresentada a seguir no sexto capítulo, intitulada como o Quarto Relato- Acesso e permanência de estudantes autistas na Rede Estadual de Ensino de Joinville/Sc.

“

A inclusão não se resume à matrícula; é sobre pertencimento. E pertencer requer que a escola se transforme.”
(Diniz, 2020, p. 34)

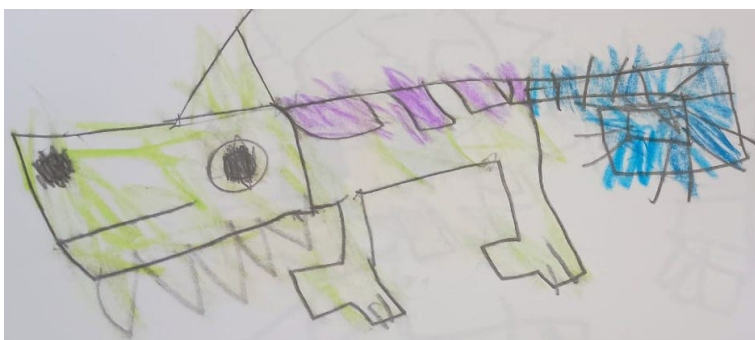


Figura 20 – Desenho infantil colorido de uma criatura semelhante a um lagarto ou dragão, com corpo retangular em verde-claro, patas quadradas, olhos grandes e pretos, focinho quadrado, dentes pontiagudos, detalhes roxos nas costas e cauda longa com linhas azuis vibrantes, contornada por traços pretos definidos sobre fundo branco, em estilo lúdico e criativo.

Quarto Relato: Acesso e Permanência de Estudantes Autistas na Rede Estadual de Ensino de Joinville/SC

O autismo caracterizado por sua neurodiversidade, desafia os sistemas educacionais a repensarem estruturas arcaicas que privilegiam a homogeneização. Sob a ótica do Modelo Social da Deficiência, teorizado por Oliver (1990), as barreiras enfrentadas por esses alunos não são intrínsecas às suas condições, mas resultado de ambientes escolares incapazes de acolher diferenças. Nesse sentido, enquanto o Modelo Biomédico caracteriza o autismo como um “déficit a ser corrigido”, o Modelo Social defende que a inclusão exige a desconstrução de práticas excludentes.

O acesso de estudantes autistas não é apenas sobre matrícula e sim sobre acolhimento

No Brasil, a Lei Berenice Piana (Nº 12.764/2012), institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece no Art. 3º IV - o acesso à educação e ao ensino profissionalizante; dentre outras diretrizes. Foi a primeira legislação federal voltada aos autistas e os equipara a pessoas com deficiência, estendendo a eles direitos já conquistados pelos PCDs. A referida Lei simboliza um avanço legal, mas sua implementação esbarra muitas vezes em uma cultura educacional que ainda discrimina e estabelece barreiras que se manifestam desde o acesso dos estudantes autistas, às salas de aula regulares.

Quanto ao acesso à educação de estudantes autistas, percebemos nos relatos que na Rede Estadual de Ensino de Joinville, esse direito está parcialmente garantido e o acolhimento é um diferencial.

Como relata Oracina: “Para a efetivação da matrícula e acesso à escola, a princípio, o João não teve nenhuma dificuldade [...] O que eu gosto na escola Jandira, é porque o João já está desde o primeiro ano lá e eu não sei se é porque o meu irmão foi diretor lá, talvez isso também interfira, e porque o irmão estudou lá e foi muito bem, mas o João é muito bem tratado na escola. Ele conhece todo mundo e todo mundo conhece o João. Tem gente que eu nem conheço lá no Jandira, mas as pessoas conhecem o João. Elas conhecem e gostam do João. Eles o tratam muito bem e recebem ele com muito carinho. Esse é o acolhimento da escola. É sensacional, sabe? E a turma que está desde o primeiro ano com ele, amam o João, o tratam super bem. Eles

acolhem, estão com o João sempre, chamam ele para brincar... Então, percebo que eles amam o João, assim, de verdade, sabe? Muitas ações que eu vejo deles com o João, me emocionam sempre, eu até choro, e me emociono de ver o amor que os amiguinhos têm com o João, sabe?”

Ercília, mãe de um adolescente autista, também demonstra a importância do acolhimento no acesso onde destacamos o seguinte relato: “Eu sempre acreditei que o Estado apresentasse a melhor estrutura para acolhimento de crianças com deficiência pelo fato de pagar o segundo professor, por ter essas condições que a gente achava que era um diferencial, em comparação ao ensino particular e ao municipal. Então, assim que meu filho teve o diagnóstico, já optei de levar para o Estado. Eu escolhi uma escola com uma orientação meio que do médico, do neurologista. Ele disse: “mãe, é uma escola onde ele seja acolhido e ele tenha muito amor”. Então eu escolhi essa escola por se tratar de pessoas conhecidas minhas e eu ter uma certa estrutura. Eu fui conversar com a diretora, com a professora, com o professor de Educação Física e me senti acolhida”.

Contudo, devemos considerar que muito ainda temos que avançar para que esse direito ao acesso e acolhimento seja garantido para todos/as. Em seu relato Ercília faz ainda a seguinte ponderação: “Só que esse acolhimento foi pelo fato de eu ter trabalhado já na escola e trabalhar na Secretaria da Educação. Eu conheço pais, mães, que reclamam de muitas vezes solicitarem uma vaga na rede estadual e quando apresentam o diagnóstico de autismo, principalmente quando tem um nível que a criança ainda não fala, que a criança tem mais dificuldades na interação social, eles negam. E isso é muito triste para mim, porque é um direito de todas as crianças. Na Constituição, o artigo 205, que eu sempre cito, é direito de todas as crianças terem a educação. E para mim é muito triste saber que crianças e pais passam por isso. [...] Eu vejo o acesso dessas crianças na escola como algo bem difícil. Eu tinha duas aprendentes minhas na Casa da Ação Social que eu indiquei para fazer a matrícula e teve dificuldades. A mãe falou que a criança foi indicada por fulana e daí foi abrindo os caminhos, entende? Mas eu vejo que há essa dificuldade e a gente precisa melhorar muito isso, muito”.

Esse relato de Ercília expõe uma realidade que se contrapõe ao que preconiza a Lei Berenice Piana (Nº 12.764/2012) no Art. 7º “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. § 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.”

Diniz (2020, p. 34) reforça que “a inclusão não se resume à matrícula; é sobre pertencimento. E pertencer requer que a escola se transforme”. Enquanto Políticas Públicas buscam universalizar o acesso à educação de qualidade, famílias como as citadas por Ercília travam batalhas diárias para garantir que seus filhos não sejam excluídos do processo educativo.

“

Não é o laudo que define o que a criança pode aprender. Eu tenho que ter essa visão, mas para isso preciso de conhecimento.”



Figura 21 – Desenho infantil colorido de um personagem em movimento, com cabeça grande preta, um olho branco visível, capacete verde claro com detalhe amarelo, corpo esguio com membros rosa claro, mão estendida e outra segurando arma futurista amarela e azul, saia de folhas verdes e sapatos vermelhos, em estilo expressivo e dinâmico sobre fundo branco.

As Leis devem ser respeitadas e garantidas a todos/as, independentemente de relações particulares pessoais ou de trabalho, que venham privilegiar apenas o acesso de alguns estudantes autistas a educação, na sala de aula regular.

A permanência de estudantes autistas requer uma ação coletiva envolvendo toda a comunidade escolar, profissionais da saúde e pais/responsáveis

Quando se trata da Educação Especial, e de todos os desafios enfrentados, podemos afirmar que a sua efetivação e garantia de direitos não se dá apenas no acesso, mas sobretudo na permanência dos estudantes autistas, na sala de aula regular.

Nos relatos podemos perceber que muitos fatores facilitam e outros dificultam a permanência desses estudantes na Rede Estadual de Ensino de Joinville/SC. Dentre os fatores que facilitam a permanência podemos destacar o envolvimento de toda a gestão, professores/as, profissionais da saúde e pais/responsáveis.

Conforme pontua Ercilia alguns fatores são muito importantes para a permanência dos autistas: “Hoje o meu filho estuda no oitavo ano, foi para o nono. Está na rede estadual, já quis mudar ele para rede particular, mas ele não quis, e eu acho que isso tem que partir muito dele por conta da socialização, que a gente ganha muito se ele está bem sociável no ambiente. [...] O avanço que ele teve é estrondoso. Ele tem autonomia, ele vai no supermercado sozinho, ele faz compra, é estrondoso. Isso é fruto de terapias e da gente fazer um trabalho em equipe com as terapeutas, em equipe com os professores. [...] Ele que tem que fazer as coisas dele sozinho, porque eu não posso estar do lado dele todo o tempo. Então o meu papel como mãe é ensinar e orientar. E o desenvolvimento dele foi estrondoso graças a todos esses profissionais envolvidos. Ele fez ecoterapia, T.O., fono, psicóloga, neuropsicopedagoga, que não era mãe, era outra e foi excelente. Ele tem um relacionamento excelente na escola. Eu não tenho queixa nenhuma”.

Nesse mesmo aspecto da saúde Oracina faz o seguinte relato acerca das dificuldades encontradas: “Eu queria uma escola dos sonhos. Na verdade, eu estudei políticas públicas agora, para o último semestre, e a gente conversou muito lá, que faltam muitas políticas públicas, né? E falta para o João, falta para todos, né? Então, as coisas teriam que começar lá com as-

sistência médica, com terapias. Isso devia ser com um custo bem razoável para nós, né? Que temos uma classe social nível médio e baixa. Teria que ter um acesso gratuito, que a gente conseguisse de verdade. Muita coisa eu não consigo para o João. Eu tive que abrir mão da minha profissão, abrir mão do meu trabalho, para ficar com o João e para atendê-lo. Hoje o João precisaria fazer terapia com psicóloga ABA, para trabalhar o comportamento. O problema maior do João hoje é o comportamento, devido a essa parte de bater, de agredir, né? E todas que eu sei que são profissionais que vale a pena é muito caro. Muito caro mesmo. Eu não tenho condições de pagar essa terapia para o João. O João faz equoterapia, porque existe um apadrinhamento nessa equoterapia. [...] E aí, o que que devia ter? Os governantes deviam fazer leis que tivesse atendimento. Tem que ter atendimento. [...] . Eu queria pagar uma psicóloga maravilhosa que trabalhasse a ABA, que melhorasse o comportamento dele. Muitas vezes eu não vou em muitos lugares porque não dá. Porque o João não consegue ter um comportamento nesses lugares.”

Quanto ao trabalho coletivo dos professores Ercília relata que: “A educação não é feita de uma pessoa só. Ela é feita de várias pessoas pensando sobre o que é o melhor para o seu aluno. E toda vez que eu coloco o conteúdo, o que eu estou tentando ensinar, eu o nivelo por baixo, eu tenho mais condições das crianças aprenderem o todo. Se eu coloco meu conteúdo lá em cima, eu levanto a régua, as crianças ficam meio que pulando para querer entender e saber. Agora, se eu vou nivelando e vou abaixando a régua, elas vão absorvendo aquele conteúdo e elas vão se sentindo aprendentes. Elas estão aprendendo. E é isso que o professor precisa fazer. É baixar a régua e tentar fazer com que eles aprendam o máximo possível. [...] Mas é difícil. Essa situação está enraizada de que o professor é o senhor do saber e ele tem que ditar todas as normas, ele não pode adequar nada, ele não pode fazer nada. Isso está enraizada. Eu não sei se a gente tem que mudar isso lá na formação da faculdade, ou a gente tem que mudar com uma nova estrutura. Eu não sei onde a gente tem que partir. Mas a gente tentou conscientizar os professores que a situação estava ali e nós precisávamos ter êxito com aquelas crianças. E se a gente estivesse com aquelas crianças que eram ditas “crianças especiais”, a gente teria com todas. Para isso dependia de todos se engajarem para tornar aquilo natural. Uma adequação ser natural, não ser um sofrimento para ninguém. Ninguém se sentir constrangido por ser menor, por ser reduzido o conteúdo.”

Destacamos, nesse mesmo sentido o relato de Oracina quanto ao atendimento dos professores/as: “Não é fácil também para quem não tem experiência. Não vou culpar o professor, porque o professor, muitas vezes, não estudou para trabalhar com esse tipo de aluno que tem dificuldade de aprendizagem, que tem um diferencial para aprender. Falta às vezes também acreditar nesses alunos, acreditar que eles têm potencial, não os limitar à deficiência. Então, as condições que a escola dá para o aluno, eu acho que ainda é ruim e teria que melhorar. Deveria melhorar as condições de trabalho

do professor e as condições da escola em si para receber os alunos com deficiência. Eu acho que a escola é muito barulhenta, é muito difícil do aluno estar na escola devido ao barulho. Mesmo agora que o João já está acostumado ele ainda reclama e acha que a escola é barulhenta. O João nunca quer ir para a escola. Ele não gosta de ir para a escola, só vai porque é uma rotina, é uma regra a ser cumprida. Ele fica contando os dias para chegar sábado e domingo e para chegar às férias. Eu acho que a escola tem que acolher melhor. O desafio é saber e aprender a atender esses alunos, essa demanda que está tão alta agora. Para isso tem que mudar a estrutura da escola e os profissionais também têm que ter formação adequada para esse tipo de atendimento, porque hoje o João já está indo do quarto para o quinto ano, né?" [...] Então eu vejo que falta muita coisa. Tem professores que são tops, que trabalham, que adaptam, que eles fazem... Eles estão ali trabalhando mesmo, mas tem alguns que estão só empurrando com a barriga para receber o salário. Infelizmente é assim. Devia ter uma fiscalização, que não existe. Às vezes a fiscalização é só burocrática, de planejamento, tem que entregar planejamento, tem que entregar nota, tudo. E o que está sendo feito em sala de aula? Será que vem um dia sentar lá atrás e ver como é que o professor se comporta em sala de aula? Veio ver como é que é o aluno? Veio ver como é que o aluno está sendo assistido? Não, não veio."

Ercília também relata sobre a estrutura da escola para a permanência dos estudantes autistas: "E assim, a falta de segurança que os pais têm em deixar as crianças na escola, no barulho excessivo. Tem aqueles que têm que usar o tampão, os que têm dificuldade de locomoção. É bem difícil. A gente tem que melhorar isso quanto mais possível. E sobre a permanência, ela até existe, mas só que eles não dão o que é necessário, sabe? No caso das adequações, das adaptações de conteúdo, eles não ofertam o que é necessário realmente para a criança se desenvolver. Daí, isso faz com que a criança não tenha estímulo para ir para a escola, não queira ir para a escola e a escola é muita repetição, repetição, repetição."

O número de estudantes autistas atendidos na mesma sala de aula, também aparece nos relatos como um entrave para a inclusão. Nesse sentido Oracina faz o seguinte relato: "O autista na sala de aula, se distrai com os alunos ao redor, ele se distrai com o ambiente. Ele não quer fazer porque às vezes não é um assunto que interessa, não é uma brincadeira ou uma atividade que chama a atenção dele. Então ele tem que estar toda a vida sendo estimulado a fazer. E aí o professor, como é que ele vai conseguir trabalhar com três, quatro alunos com deficiências diferentes, com níveis de suporte diferentes, fazendo o melhor para o aluno? Muito difícil. Na sala do João, tem um autista nível 3 severo, com deficiência intelectual severa. Tem um laudo dizendo que ele tem TDAH também. Então ele tem TDAH, autismo severo e tem deficiência intelectual severa. Esse é o amigo do João. Ele tem várias estereotipias, ele pula, ele bate palma, ele grita quase o tempo todo na escola. Ele é não verbal, ele não fala nada."

“

Falo isso como mãe, e falo isso como especialista que já trabalhou na educação. Se os pais estão juntos com a criança, eles até a ajudam a enfrentar essas barreiras, mas se os pais não estão juntos, a criança fica lá à margem, sofrendo, só tendo frequência, não querendo ir mais para a escola, porque não é respeitada. Então, é isso que eu vejo que acontece até hoje.” (Marcelino, Ercílha)



Figura 22 – Desenho com lápis de cor vermelho sobre papel branco, representando um dinossauro estilizado de perfil com cabeça grande, boca aberta cheia de dentes triangulares, olho circular com pupila preenchida e braço pequeno com três garras, em traço simples e expressivo.

QUE MELTDOWN E SHUTDOWN?

Meltdown e Shutdown são crises que podem ocorrer em pessoas com autismo, e são respostas a situações de sobrecarga.

Meltdown

É uma explosão emocional, uma crise externa e pode envolver choro, gritos, automutilação, comportamento agressivo e comportamentos repetitivos.

Shutdown

É um “desligamento” temporário, é uma crise interna. A pessoa pode se recolher, ficar silenciosa, paralisada ou evitar estímulos.

E ele não trabalha com a tecnologia assistiva, a comunicação alternativa. Que seria o ideal para esse aluno, né? A professora está ali para trabalhar com o João e com ele. Contudo, ele depende muito, muito mais da professora que o próprio João. Só que o João também precisa, e aí ela não consegue. Eu não posso dizer para ela que tem que conseguir, não posso cobrar isso dela, porque eu também acho que é uma demanda muito alta, pela minha experiência. [...] E aí o Estado não paga dois professores para ter um só para aquele aluno, e um para o João, mas é direito deles, não é? Não é direito de eles ter uma professora para ajudá-los? Tá complicado isso. Eu acho que o João tá ficando alguém nesse sentido de aprendizado, porque falta ali um atendimento melhor para ele. O João, até o segundo ano, deu saltos enormes de aprendizado no Jandira, porque era só ele na turma com deficiência. Aí a professora o ajudava e a turma. Ele estava tendo até autonomia no segundo ano e escrevia bem. Aí no terceiro ano, quando veio esse aluno, o João primeiro ficou com ciúme da professora, depois o João não aceitava, aí o que ele fazia? Ele rascunhou tudo e regrediu”.

A precariedade referente ao direito ao Atendimento Especializado, ficou evidente também no relato da Ercília: “sou aposentada, mas já trabalhei no estado, na Educação Especial, e acredito que lá fiz um pouquinho, mas foi pouco tempo que a gente trabalhou nesse setor. Eu trabalhava no setor de folha de pagamento, e fui para o ensino. Depois fui convidada para trabalhar na Educação Especial, junto com a Joana. Lá eu vi a deficiência que é o Estado. [...] Lembro que uma das minhas primeiras tarefas foi reduzir o número de professores AEEs do Estado. A sede solicitou para que eu apontasse as escolas que nós poderíamos cortar as salas do AEE. E eu disse para a minha gerente que eu não poderia fazer isso sem conhecer a estrutura, sem saber, não analisar só dados. Daí a gente se propôs a ir em todas as escolas que tinham salas do AEE. [...]. Então, a gente foi em todas as escolas. Eu cheguei para a minha gerente e disse que não teria como cortar nenhum profissional do AEE, porque todos precisariam ser mantidos por conta da demanda. Nesse sentido ainda Oracina destaca: “Já escutei até uma conversa falando que o governador acha que está gastando muito com o segundo professor e claro, como diz o meu irmão, tem professor aí que vai trabalhar com a educação especial achando que é mais fácil não é mais fácil, gente, eu acho que é muito mais desafiador”.

Em relação a atuação dos pais e responsáveis, nesse processo educativo dos estudantes autistas, Ercília relata: “Eu acho que é um baque quando tem o diagnóstico, tem o laudo. Tem pais que entram no luto eterno, que fica naquele luto, que acha que o filho não vai conseguir mais nada, que acha que o filho não pode fazer mais nada e não enxerga nenhuma evolução na criança. Já tem pais que conseguem passar pelo luto, entram na zona da aceitação, e depois o que a gente vai fazer para melhorar esse quadro? Oxalá se todos os pais fossem assim. Eu acho que primeiro, tendo o laudo da criança, os primeiros que deveriam ser tratados antes da criança seriam os

pais. Principalmente para dizer para eles que eles têm capacidade sim, que eles conseguem sim, que eles têm direito sim e que eles podem evoluir sim. Então a infância é dolorida, porque ali começa tudo. E quando a gente vê que os pais não têm paciência, gritam, isso tudo agride o cérebro, faz com que a criança não consiga se desenvolver cognitivamente. Então é triste.

Já, na concepção e experiência de Oracina a escola deve envolver a família em prol da permanência: “Ele é uma caixinha de surpresa, eu não sei o que acontece, eu tenho que ir lá na escola e perguntar o que aconteceu com ele por que aconteceu, se está com arranhado na perna, machucou o braço ali, o que será que aconteceu? Caiu? Às vezes ele fala uma coisa que não é, às vezes aconteceu com outra criança, não aconteceu com ele, e aí ele contou, mas às vezes ele nem conta aquilo, eu acho que esses esclarecimentos, essas conversas, tem que ser passada para a família. Falam tanto de família e escola, família e escola, na teoria falam mais ainda, né? Mas existe essa teoria, família e escola? Eu não vejo, para mim não existe. Parece que a família para participar da festinha da escola para ajudar está tudo bem, porque a escola ganha dinheiro, mas eu acho que a família tem que estar à par de tudo o que acontece com o filho dela lá, principalmente, se o filho é atípico. Se ele é típico, ele conta, se ele é atípico, ele não vai contar. Então, vai faltar isso, né? E isso tem que ser a escola contar. [...] Então, eu acho que tem que ser bem, bem explicado isso mesmo. Melhorar essa parte, assim. Existir essa conexão de família e escola. Existir de verdade. A família tem que participar, que essa participação aconteça, porque eu não vejo que acontece, sabe? Participação que aconteça na vida do aluno. Não quando ele tá lá tirando zero. Antes dele tirar zero. Quando as coisas já não estão boas. Entendeu? Não chamar a mãe para contar que o filho vai reprovar. Tem que chamar antes de reprovar. Fui ao conselho de classe, tinha um monte lá que tava na Berlinda pra reprovar. Elas diziam: “vamos chamar o pai agora pra conversar”. Não. Já tinha que ter chamado. No meu ponto de vista, tinha que ter chamado bem antes. Chamar para falar coisas boas também. Não chamar só pra falar coisa ruim também, porque aí o pai já sabe que vai lá só pra ouvir bronca, pra ouvir desaforo do filho. Chamar para falar coisa boa. Como: “ele tava ruim, mas agora já tá melhorando”.

Formação Docente e o Paradigma da Neurodiversidade

A formação docente permanece como um entrave central. Oracina, mãe de João Gabriel (autista nível 2), relata o despreparo de alguns professores: “A professora disse que meu filho ‘atrapalhava a aula’. Perguntei como ajudá-la, e ela respondeu: ‘Não sei lidar com autistas’” Essa fala ecoa o estudo de Orrú (2020, p.102), que critica a formação medicalizante dos pedagogos: “Os cursos formam professores para um aluno idealizado, não para seres humanos reais. A neurodiversidade é tratada como patologia, não como diversidade”. Oracina ressalta ainda no seu relato: “Eu tive uma conversa com o professor que ele não sabia nem qual era a deficiência que o aluno dele tinha. Isso me deixou frustrada. Tu acredita nisso? Tipo, como tu não sabe? Porque para a educação especial, tu tens que saber a deficiência para saber como trabalhar com esse aluno, já de cara, tu tens que entrar em sala de aula, eu vou atender esse aluno, eu sei que deficiência ele tem, ele é autista, ele tem deficiência intelectual, ele é síndrome de Down, ele é cadeirante. O que ele é? Por que ele está ali? Que condições ele está ali? O que eu vou fazer para ajudar ele? Ele sabe ler, ele sabe escrever? Tem que ter um PEI na escola. O que é um PEI? Tem que saber o que o aluno já fez, o que o aluno já aprendeu, ou vai começar com A, E, I, O, U de novo. Porque parece que todo ano o João começa com A, E, I, O, U, se ele já está no quarto, quinto ano. Entendeu? Tem que saber o que ele já aprendeu, o que ele já evoluiu. Ah, eu não sei. Como não sabe? Tem que ter, tem que saber, a escola tem que estar com isso, isso é documentação, isso é dever da escola”.

Ercília também destaca em seu relato a necessidade de formação dos professores: “Não é o fato de ter o segundo professor que garante que nossos filhos estão aprendendo. Não é isso. Porque muitos segundos professores não sabem nem o seu papel”.

A rigidez curricular exclui alunos cujas formas de aprender desafiam padrões tradicionais. Ercília compartilha a frustração do filho, um jovem com habilidades matemáticas avançadas: “Ele resolve equações complexas em segundos, mas a escola insiste em ensinar adição e subtração. É como se seu potencial fosse uma ameaça”. Grandin (2013, p.115) argumenta que “crianças autistas veem o mundo de maneira única. Negar isso é desperdiçar mentes brilhantes que poderiam revolucionar campos como a ciência e a arte” A Resolução CNE/CEB nº 4/2010 prevê flexibilização curricular, mas sua aplicação é rara. Schmidt (2021, p.89) destaca que “adaptar currículos não é ‘facilitar’, mas garantir equidade. Um aluno com TEA pode dominar conteúdos avançados se o ensino respeitar seu ritmo”. Enquanto isso, conforme Oracina: “João Gabriel é submetido a atividades infantis, apesar de seu interesse por química, evidenciando um sistema que prioriza conformidade sobre criatividade.

Quanto as adaptações curriculares e barreiras epistêmicas observamos que ambientes escolares convencionais são, frequentemente, torturantes para alunos com hipersensibilidade sensorial. Marta Gil (2019, p.67) ressalta que: “Ambientes inclusivos não são um luxo, mas um direito. Uma escola sem adaptações sensoriais é como um hospital sem macas: incapaz de cumprir sua função”. Enquanto países como a Suécia investem em salas sensoriais, espaços com luzes suaves, texturas variadas e isolamento acústico, o Brasil enfrenta dificuldades até para instalar ventiladores em salas superlotadas. Quanto aos recursos materiais dados do Ministério da Educação (2023) mostram que apenas 9% das escolas públicas possuem salas de recursos multifuncionais, essenciais para o atendimento especializado. Já, quanto a formação de professores/as dados da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2023) mostram que apenas 12% dos professores têm acesso a treinamentos contínuos sobre o TEA.

Por fim, percebemos nos relatos que o acesso é parcialmente garantido, mas que a permanência é o maior desafio a ser enfrentado por todos, gestores, comunidades escolar e pais e responsáveis da Rede Estadual de Ensino de Joinville. Essa afirmação fica evidente no relato de Ercília: “Então, existe a permanência, mas não existe a permanência com qualidade, que garanta que a criança está se desenvolvendo, entende? Só o fato de permanecer. Agora, se tem laudo, garante aprovação. Se não tem laudo, vai para a reprovação. Eu me pergunto até que ponto um laudo vai determinar, vai dizer como eu devo ensinar a minha criança. Não precisa de laudo. Se eu, como especialista na educação, vejo que ela tem dificuldade, por que eu não posso já fazer uma adaptação de conteúdo para ela? Eu que sou especialista, não precisa vir um médico dizer o que eu preciso fazer. Eu tenho que ter essa visão, mas para mim ter essa visão eu tenho que ter conhecimento. E é isso que falta, conhecimento para os professores, para eles entenderem como fazer com que a criança se desenvolva. O neurologista manda que tem que fazer adaptação de conteúdo. Mas e daí? Precisa o neurologista dizer para alguém, para um especialista na educação, que conhece como é a educação, o que ele tem que fazer? Se eu estou vendo que a criança não tem condições, eu faço. Não precisa do laudo, entende? Não é o laudo que vai me definir. Mas a educação ainda precisa do laudo do especialista. E daí? Quando o neurologista manda o laudo, está querendo mandar aqui na minha escola, está querendo mandar como eu vou fazer as minhas coisas. [...] Então, existe a permanência na escola, mas não existe a qualidade para que você consiga desenvolver a criança num todo. E essa qualidade é o conhecimento. Eu não preciso de ninguém dizendo para mim o que eu preciso fazer, se eu sou conhecedor do assunto. Se eu sou professor de matemática e estou ensinando fração, eu sei que a criança precisa saber multiplicação, divisão, adição, para aprender a fazer fração. A criança não sabe isso. Então tens que ensinar para ela, porque não vai aprender fração se ela não sabe os outros, o que era anterior a isso. Tem que ser humildade e voltar atrás. Ensinar o que não se sabe. Humildade de dizer: “ele não sabe ainda isso, então, vamos ensinar”.

E isso tem que ser com calma, no tempo dele, ele vai aprender nas condições dele, de uma forma mais lúdica, de uma forma mais abrangente. Então, existe a permanência, mas as condições são precárias. Precaríssimas. Falta estrutura, falta pessoal, falta o querer de cada um, falta conhecimento, e daí, quem perde são os nossos alunos. Infelizmente”.

Nesse sentido Oracina também relata sobre a permanência dos estudantes autistas: “Acho que tem muita coisa a melhorar ainda, mas a gente não pode esquecer que esse movimento todo de inclusão, de adaptação, de aceitação, de nossos filhos, das crianças com deficiência na escola é de pouco tempo. E está evoluindo? Está evoluindo. É devagar, infelizmente, mas a gente tem que acreditar e lutar para que as coisas melhorem e as coisas evoluem, né? Não podemos ficar de braço cruzado. Temos que correr atrás de nossos direitos, de melhores políticas públicas, porque precisamos de melhores políticas públicas para que essas crianças aprendam, porque elas têm capacidade cognitiva para isso, elas têm capacidade de aprender tudo o que elas quiserem. E às vezes elas aprendem coisas que a gente nem faz ideia, que surpreendem a gente, que o hiperfoco deles vão atrás a fundo e querem saber mais.”

Famílias de crianças autistas são frequentemente forçadas a assumir papéis de advogadas, terapeutas e educadoras. Diniz (2020, p.122) enfatiza o caráter coletivo da luta: “Cada mãe que exige direitos não está agindo apenas por seu filho, mas por uma geração inteira que a sociedade insiste em ignorar”.

Como afirma Mantoan (2016, p.145): “Incluir não é sobre tolerar diferenças, mas sobre reconstruir a escola para que todas as vozes sejam ouvidas. Uma educação que exclui autistas é, por definição, uma educação falida”. Enquanto o sistema educacional não reconhecer que o problema reside em sua própria rigidez, histórias como as de Ercília e Oracina continuarão a ser registros de resistência. A mudança exige coragem para romper com o estabelecido e abraçar a diversidade como princípio fundador.



Figura 23 – Desenho com canetinhas coloridas sobre papel pautado representando uma cena vibrante de ataque de monstros a uma cidade, com criaturas desproporcionais, raios, explosões, edifícios em colapso e a frase “A-TTACK- DO-BIG-MONSTER” destacada na parte inferior, em composição caótica e expressiva.

Capítulo 2: Leis e Direitos do Autista

A legislação específica das pessoas no espectro do autismo vem como uma resposta à impossibilidade de identificar o autismo visualmente, o que com frequência gera obstáculos ao acesso dos direitos da pessoa com TEA aos atendimentos prioritários e a serviços aos quais os autistas têm direito, como estacionar em uma vaga para pessoas com deficiência.

Conforme Fernandes (2022) a mais recente lei sancionada específica sobre o autismo foi em 8 de janeiro de 2020. A Lei 13.977, conhecida também como Lei Romeo Mion, cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). O documento é emitido de forma gratuita por órgãos estaduais e ou municipais. É indispensável salientar que as pessoas com TEA têm os mesmos direitos que todos os cidadãos do país, estes direitos estão garantidos pela Constituição Federal de 1988 e outras leis nacionais. Dessa forma, as crianças e adolescentes autistas possuem todos os direitos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90), e os idosos maiores de 60 anos estão protegidos pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Coutinho (2023) criada em 2012, a Lei Berenice Piana institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Estabelece como algumas de suas diretrizes, o estímulo à inserção deste segmento no mercado de trabalho e que o Estado ofereça diagnóstico precoce, assim como tratamento adequado terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; o acesso à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades. Foi a primeira legislação federal voltada aos autistas e os equipara a pessoas com deficiência, estendendo a eles direitos já conquistados pelos PCDs.

Sancionada em 2012, é reconhecida como primeiro caso de sucesso de legislação participativa no Senado Federal, nascida de uma sugestão da sociedade. A lei leva esse nome devido a mãe de um menino autista e militante da causa. Sua luta começou há dez anos, em uma época em que havia um desconhecimento total sobre o TEA. Berenice se juntou a outros pais com situações semelhantes, conseguindo levar a proposta de lei ao senado.

Esta lei também preconiza que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Isto é importante porque permitiu abrigar as pessoas com TEA nas leis específicas de pessoas com deficiência, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (13.146/15), bem como nas normas internacionais assinadas pelo Brasil, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (6.949/2000).

Além destas políticas públicas mais abrangentes, vale destacar algumas legislações que regulam questões mais específicas do cotidiano

Lei 7.853/89: Estipula o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.

Lei 8.742/93: A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que oferece o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Para ter direito a um salário-mínimo por mês, o TEA deve ser permanente e a renda mensal per capita da família deve ser inferior a um quarto do salário-mínimo. Para requerer o BPC, é necessário fazer a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e o agendamento da perícia no site do INSS.

Lei 8.899/94: Garante a gratuidade no transporte municipal e interestadual à pessoa autista que comprova renda de até dois salários-mínimos. A solicitação é feita através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Lei 7.611/2011: Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

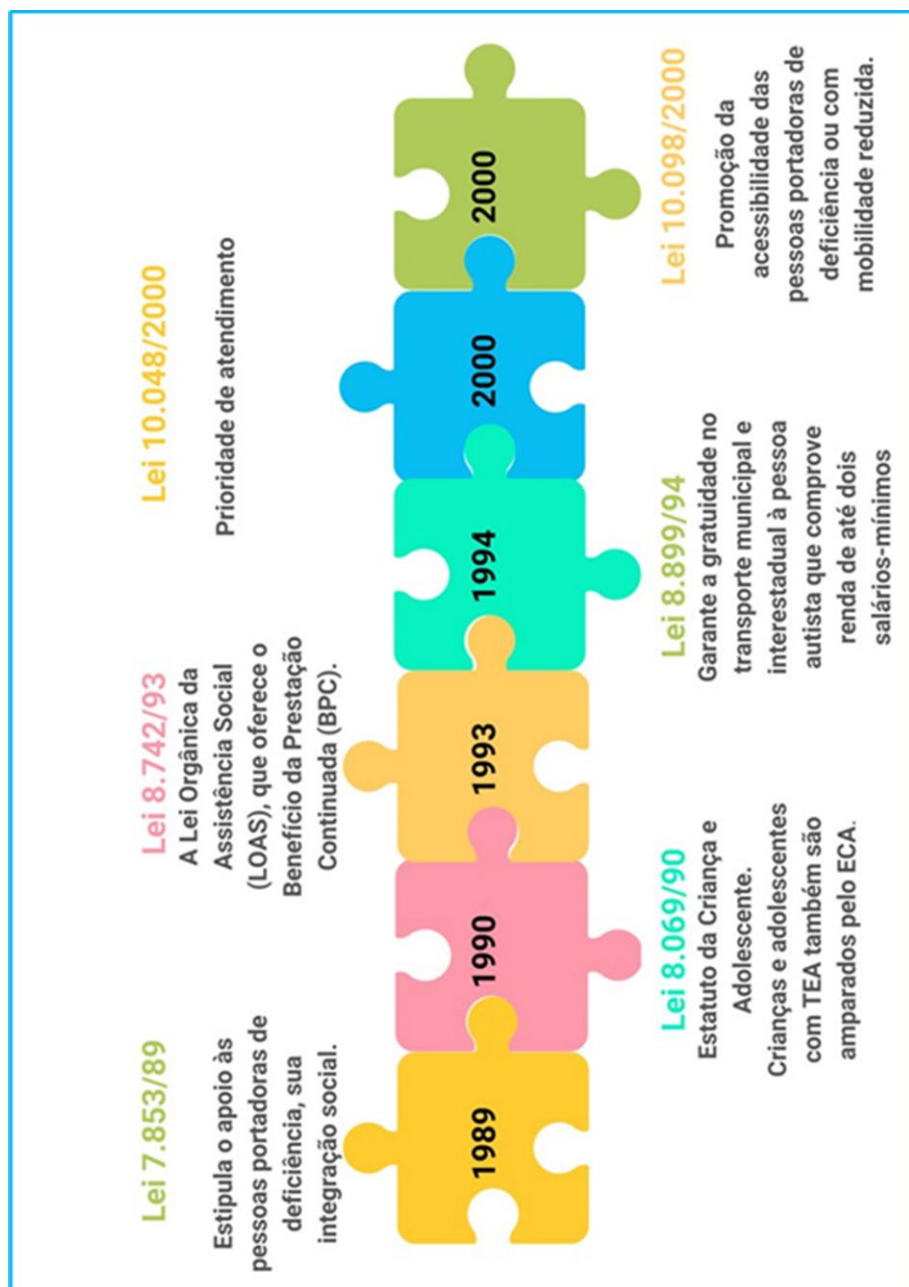
Lei 13.370/2016: Reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas. A autorização tira a necessidade de compensação ou redução de vencimentos para os funcionários públicos federais que são pais de pessoas com TEA.

Lei 10.048/2000: Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros casos.

Lei 10.098/2000: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A inclusão é indispensável na constituição humana, pois a diversidade independente do contexto nos possibilita apropriar-se de novas culturas, conhecimentos e saberes, permite que todos vivenciem novas experiências e adquiram respeito pelo outro, onde a origem do preconceito vem do medo do desconhecido.

Linha do Tempo: Conquista e Direitos



Lei 10.741/2003

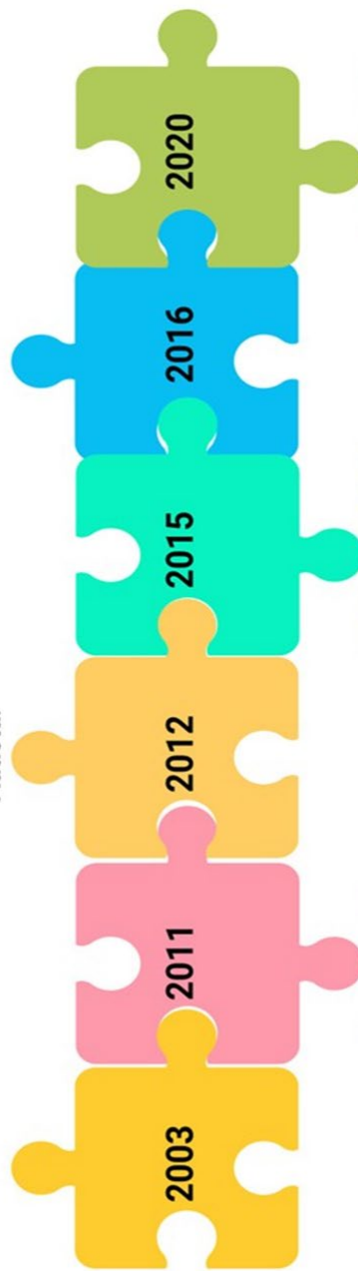
Estatuto do Idoso -
Idosos acima de 60 anos
com TEA, são protegidos
pelo estatuto do idoso.

Lei Berenice Piana

Institui a Política Nacional
de Proteção dos Direitos
da Pessoa com
Transtorno do Espectro
Autista.

Lei 13.370/2016

Reduz a jornada de
trabalho de servidores
públicos com filhos
autistas.



Lei 7.611/2011

Dispõe sobre a educação
especial e o atendimento
educacional
especializado.

Lei 13.146/15

Estatuto da Pessoa com
Deficiência

A Lei 13.977

Lei Romeo Mion, cria a
Carteira de Identificação
da Pessoa com
Transtorno do Espectro
Autista (Ciptea)

QUEM FOI BERENICE PIANA?

É mãe de um menino autista. Sua busca por inclusão para o seu filho deu origem à lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Está Lei que definiu o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma deficiência e ampliou para as pessoas com autismo todos os direitos estabelecidos para as pessoas com deficiência no país.



Figura 24 – Desenho com caneta vermelha sobre fundo branco de uma criatura marinha imaginária com cabeça semelhante à de um tubarão, olho redondo com pupila preta, crista dorsal com espinhos, área hachurada na lateral e vários tentáculos ondulados saindo da base da cabeça, em estilo expressivo e fantástico.



Capítulo 3: O Avanço das Políticas Públicas de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva

Na atualidade, diversas são as leis que garantem o direito a educação em classe regular de ensino para os alunos com algum tipo de deficiência ou transtorno, com destaque para a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, referente ao Estatuto da Pessoa com Deficiência. Contudo, faz-se necessário saber que nem sempre foi assim e que aluta pela inclusão e garantias de direitos para pessoas com deficiência vem de longa data.

Grandin (2013) argumenta que: “Crianças autistas veem o mundo de maneira única. Negar isso é desperdiçar mentes brilhantes que poderiam revolucionar campos como a ciência e a arte” (p. 115).

A história da educação inclusiva e especial no Brasil é marcada por uma trajetória de lutas, avanços e desafios. Ao longo dos anos, diversos marcos históricos contribuíram para a construção de um sistema educacional mais justo e igualitário, que busca garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas características e necessidades.

Essa linha do tempo tem como objetivo apresentar os principais acontecimentos que moldaram a educação inclusiva e especial em nosso país, desde os primeiros passos até os dias atuais. Ao longo dessa jornada, você poderá acompanhar a evolução das políticas públicas, a criação de leis e decretos, a atuação de movimentos sociais e a transformação das práticas pedagógicas.

Acompanhe essa história e descubra como o Brasil tem se esforçado para construir uma educação cada vez mais inclusiva e acolhedora para todos os seus cidadãos.

O Caminho da Inclusão: A Evolução das Políticas Públicas na Educação Especial

Primeira Constituição Brasileira

- 1824: A educação era prevista para “todos os cidadãos”.

Período Imperial

- 1854: Cria-se o Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant.
- 1857: Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Instituto Prestalozzi

- 1926: Criado Instituto Prestalozzi no Rio Grande do Sul. A primeira instituição particular especializada no atendimento de crianças com deficiência mental.

Decreto nº 5.884 de 1933.

- O estado de São Paulo por meio do decreto nº 5.884 normatizou a Educação Especial.

Direito Universal 1946

- Na constituição de 1934 ficou estabelecido que a educação era competência no estado, mas em 1937 essa posição foi retirada. Em 1946 pela primeira vez foi colocado na constituição que a educação era um Direito Universal. Em 1948 foi assinado a Declaração Universal dos Direitos Humanos que garante o direito a educação a todas as pessoas.

Instituições Filantrópicas 1954

- Funda-se no Rio de Janeiro a APAE -Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Campanha 1957

- Campanha nacional da educação do surdo brasileiro.

Evoluindo:

1960:

- Convenção Unesco contra a discriminação no campo do ensino.
- Campanha nacional de educação do “deficiente mental”.

1961:

- Primeira LDB. A LDB incluiu um artigo específico sobre a escolarização dos excepcionais (termo da época). Destaque para os artigos 88 e 89 da LDB.

1963:

- Origem da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

1967:

- Primeira constituição após o golpe de 1964.

Segregação:

1970:

- Inicia-se em nível nacional os movimentos pró-integração e normalização, sob a premissa básica de que todas as pessoas com deficiência tinham direito a usufruir das condições de vida mais normais possíveis. surgiram também os primeiros cursos de formação superior de professores em educação especial, o primeiro curso de licenciatura em educação especial foi criado na Universidade Federal de Santa Maria.

1971:

- Lei educacional nº 5.692, ensino primário de 4 para 8 anos.

1973:

- Criação do CENESP: a perspectiva é integrar os alunos que acompanham o ritmo da turma regular e os demais para a educação especial.

1976:

- O 2º plano setorial da educação e cultura entendia que a educação especial era uma ação conjunta dos poderes públicos e iniciativa privada.

1977:

- 1º plano nacional da educação especial.

Direito Social:

1982:

- Lei nº 7.044, modifica o 2º grau, determinando o fim da obrigatoriedade dos colégios técnicos, substituindo assim a qualificação por preparação para o trabalho aumentando a discriminação.

1988:

- Com a constituição de 1988 a educação passa a ser apresentada como um direito social no capítulo 2. Portanto, a política educacional passa a

ser uma política pública de caráter universal e isso gera mudanças no sistema de ensino e o estado deve dar atendimento especializado.

1989:

- Lei nº 7.853 que criminaliza o preconceito.

Uma década importante:

1990:

- Conferência mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (Jontien, Tailândia).
- Surgimento do ECA que dá aos pais ou responsáveis a obrigação de matricular as crianças em rede regular de ensino.

1992:

- O CENESP que durante os anos 80 foi renomeado para Secretaria de Educação Especial (SESPE) e em 1990 foi fechado durante o governo Fernando Collor é reaberto como CENESP.

1993:

- Conferência de Dakar com o objetivo de fiscalizar as metas estabelecidas na conferência mundial de 1990 na Tailândia.

1994:

- Declaração de Salamanca (Espanha). Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade.
- Itamar Franco elabora um documento intitulado como: “Tendências e desafios da Educação Especial”. Política Nacional de Educação Especial, elaborado por Fernando Henrique Cardoso, para matricular os alunos especiais em classes regulares, porém esses deveriam conseguir acompanhar o ritmo dos alunos “normais”.

1996:

- Aprovada nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/96) que traz em seu conteúdo um capítulo específico sobre a educação especial.

1999:

- Convenção da Guatemala.
- Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.
- Decreto nº 3.298: cria-se a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e define a educação especial como complementar.

A evolução continua:

2001:

- Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica.
- Resolução CNE/CEB 2 que divulga a criminalização da recusa de matrículas de alunos com deficiência e o número de matrículas desses alunos sobe na rede regular.
- Brasil promulga a convenção de Guatemala.

2002:

- Resolução CNE/CP 1 que define que a universidade deve formar professores para atender alunos com necessidades especiais.
- Libras reconhecida através da Lei nº 10.432/02.
- Portaria nº 2.678 aprova normas para uso do Braille em todas as modalidades de ensino.

2003:

- Com o início da gestão de Lula, amplia-se significativamente o investimento público para a promoção da inclusão educacional.
- Programa Federal Educação Inclusiva: direito a diversidade (modelo de multiplicação).
- MEC cria o Programa Educação Inclusiva: Direito à Universidade.

2004:

- Diretrizes gerais: Ministério Público reafirma o direito de crianças com deficiência em escola regular.

2006:

- Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.

2007:

- Em consonância com o PAC, o Ministério da Educação lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) inspirado no movimento “Todos pela Educação”.

2008:

- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, implementado pelo decreto nº 6.571/08.
- Pela primeira vez o Brasil traça uma curva inversa, onde o número de matrículas de alunos da educação especial é maior na escola regular do que em escolas especiais.
- Brasil ratifica a convenção dos direitos das pessoas com deficiência, da ONU, fazendo esta norma parte da legislação nacional.

2009:

- O AEE foi instituído pelas diretrizes operacionais do atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade de educação especial.

2010:

- Plano Nacional de Educação.

2011:

- O CENESP passa a ser chamado de SECADI.
- Em 2011 durante a apresentação do Programa Viver sem Limites a presidente Dilma substitui o decreto nº 7.611 que normatiza novamente a matrícula de alunos com deficiência em classes especiais, escolas especiais ou especializadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

2015:

- A lei nº 13.146/15 instituiu o estatuto da pessoa com deficiência para assegurar e promover condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais.

Considerações Finais

Ao longo deste e-book, percorremos histórias reais e tocantes que retratam os desafios, conquistas e anseios das famílias de crianças autistas em busca de uma educação verdadeiramente inclusiva. Os relatos aqui apresentados evidenciam que, apesar dos avanços legais e do crescimento da presença de alunos com TEA nas escolas, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que a inclusão não seja apenas um conceito teórico, mas uma prática efetiva e respeitosa.

As dificuldades enfrentadas por essas mães, desde a falta de preparo dos profissionais até a inadequação dos espaços escolares, revelam a urgência de um olhar mais atento das políticas públicas para a educação inclusiva. É necessário que governos, escolas e a sociedade compreendam que a adaptação curricular, o suporte adequado e a capacitação contínua dos professores não são meros detalhes burocráticos, mas sim ferramentas essenciais para que cada criança possa desenvolver seu potencial da melhor forma possível.

Apesar dos desafios, as histórias também carregam esperança. Elas mostram que, quando há acolhimento, respeito e conhecimento, a inclusão se torna um processo transformador não apenas para os alunos autistas, mas para toda a comunidade escolar.

O impacto positivo de um ambiente que valoriza a diversidade é imensurável, permitindo que cada indivíduo seja visto por suas capacidades e não por suas limitações.

Que este e-book possa servir como um instrumento de reflexão e inspiração para famílias, educadores e gestores, incentivando mudanças e práticas mais inclusivas. A educação deve ser um direito acessível a todos, e somente com um esforço coletivo conseguiremos construir um futuro onde nenhuma criança seja invisibilizada ou deixada para trás.

A luta pela inclusão continua. Que possamos seguir juntos, promovendo transformações que garantam um mundo mais justo, respeitoso e acolhedor para todas as crianças, independentemente de suas diferenças.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03 mar. 2025.

DINIZ, Débora. O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense, 2020.

GRANDIN, Temple. O cérebro autista: Pensando através do espectro. Rio de Janeiro: Record, 2013.

KASSAR, Mônica Pereira dos Santos. Educação Inclusiva: Políticas, Práticas e Desafios. Campinas: Autores Associados, 2019.

LOPES, Juliana de Souza; MRECH, Lílian Cristina. Inclusão burocrática: desafios da escolarização de alunos com deficiência. Educação & Sociedade, v. 39, n. 143, p. 523-541, 2018.

MARTA, Gil. Educação inclusiva: caminhos para a prática. São Paulo: Summus Editorial, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Censo Escolar 2023. Brasília: INEP, 2023.

OLIVER, Michael. Understanding Disability: From Theory to Practice. London: Macmillan, 1990.

ORRÚ, Iara. A formação do professor para a diversidade: desafios e possibilidades. Porto Alegre: Penso, 2020.

SCHMIDT, Ricardo. Educação inclusiva e equidade: desafios contemporâneos. Curitiba: CRV, 2021.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME). Relatório Nacional de Inclusão 2023. Brasília: UNDIME, 2023.

Sobre as Autoras

Estela Simone da Rosa



Possui graduação em Educação Física pela Universidade da Região de Joinville (2013) e Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa (2019). Pós-graduação em educação especial e orientação educacional e supervisão escolar e mestrado profissional em educação inclusiva. Atualmente é orientadora educacional efetiva na rede estadual de ensino de Santa Catarina. Tem experiência na área de Educação, como professora, orientadora e supervisora desde a educação infantil até jovens e adultos.

Ana Flávia Garcez



Professora Efetiva da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva- PROFEL. Doutora em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2022), Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2024), Bacharel em Comunicação Social pela Universidade de Caxias do Sul (2000), Mestre em Ciências da Comunicação em Processos Midiáticos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e Especialista em Gestão de Políticas Sociais pela Universidade de Caxias do Sul (2009).

Índice Remissivo

A

AEE 22, 24, 25, 39, 51, 52, 64, 78

aluno 14, 17, 22, 24, 25, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 52, 54, 57, 60, 61, 64, 65, 66

alunos 11, 14, 15, 17, 22, 24, 25, 27, 31, 32, 35, 36, 38, 41, 44, 53, 56, 60, 61, 66, 67, 68, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81

ambiente 14, 15, 17, 19, 38, 41, 44, 59, 61, 80

aprender 8, 17, 22, 24, 30, 32, 35, 37, 38, 45, 49, 51, 58, 60, 61, 66, 67, 68

aprendizado 35, 37, 39, 64

atendimento 35, 39, 41, 45, 47, 51, 60, 61, 64, 67, 70, 75, 77, 78

atípico 15, 18, 24, 52, 54, 65

aulas 14, 24

autismo 11, 14, 15, 17, 19, 20, 28, 33, 38, 39, 40, 45, 46, 53, 56, 57, 61, 63, 69, 73

autista 11, 14, 19, 22, 24, 33, 38, 39, 41, 49, 57, 61, 66, 69, 70, 73, 81

autistas 7, 11, 17, 30, 35, 39, 42, 43, 46, 48, 54, 56, 59, 61, 64, 66, 68, 69, 70, 74, 80

C

coletiva 30, 59

comunidade 59, 80

conformidade 66

conhecimento 8, 24, 25, 30, 32, 35, 38, 47, 51, 58, 67, 68, 80

constituição 70, 75, 76

construção 8, 74

coração 8, 12, 14

criança 14, 19, 28, 30, 32, 45, 52, 57, 58, 61, 62, 64, 65, 67, 80

crianças 11, 14, 15, 17, 19, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 44, 47, 49, 57, 60,

61, 66, 68, 69, 75, 77, 78, 80

criatividade 66

cursos 66, 76

D

deficiência 14, 17, 19, 22, 29, 35, 38, 39, 41, 46, 49, 56, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81

deficiências 33, 38, 44, 61

desafios 8, 15, 17, 59, 74, 77, 80, 81

dificuldades 15, 16, 19, 30, 46, 57, 59, 67, 80

direito 15, 17, 19, 22, 28, 29, 36, 39, 41, 45, 47, 52, 56, 57, 64, 65, 67, 69, 70, 74, 75, 76, 78, 80

direitos 7, 11, 15, 49, 56, 59, 68, 69, 73, 74, 77, 78, 79

disciplina 14, 24, 70

E

educação 8, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 25, 26, 28, 30, 32, 33, 39, 49, 56, 57, 59, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82

educação inclusiva 8, 74, 80, 82

ensinar 8, 20, 24, 25, 30, 32, 44, 59, 60, 66, 67

ensino 11, 17, 19, 22, 25, 37, 43, 53, 56, 57, 64, 66, 74, 76, 77, 78, 82

entendimento 38

escola 11, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 78

escolar 7, 11, 14, 15, 17, 44, 57, 59, 67, 80, 82

escolas 11, 22, 41, 64, 67, 78, 79, 80

especial 8, 11, 15, 17, 22, 28, 38, 47, 49, 64, 66, 70, 74, 76, 77, 78, 82

estado 22, 64, 75, 77

estudantes 7, 11, 54, 56, 59, 61, 64, 68

exclusão 17

F

famílias 57, 80

filho 7, 8, 9, 11, 14, 15, 17, 19, 22, 25, 28, 35, 38, 41, 43, 48, 51, 52, 54, 57, 59, 64, 65, 66, 68, 73

filhos 11, 22, 25, 32, 49, 57, 66, 68, 70

formação 14, 17, 25, 35, 60, 61, 66, 67, 76, 81

I

inclusão 11, 14, 15, 17, 18, 37, 46, 49, 52, 55, 56, 57, 61, 68, 70, 73, 74, 78, 80

inclusiva 8, 11, 15, 16, 17, 18, 26, 74, 78, 80, 81, 82

inspirar 8

interpessoais 17

J

jornada 8, 17, 70, 74

M

mãe 8, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 25, 28, 30, 32, 33, 51, 54, 57, 59, 62, 65, 66, 68, 69, 73

método ABA 33

N

neurodiversidade 56, 66

O

olhar 8, 11, 14, 28, 44, 80

orgulho 8

P

paciência 28, 65

pensar 25, 44, 51

peçoal 14, 20, 21, 24, 32, 68

políticas públicas 11, 17, 36, 44, 49, 51, 59, 68, 70, 74, 80

preconceito 17, 41, 70, 77

processo educativo 57, 64

professor 19, 22, 24, 25, 32, 35, 38, 39, 41, 44, 49, 51, 57, 60, 61, 64, 66, 67, 81

professora 14, 15, 17, 19, 25, 35, 39, 41, 48, 51, 52, 54, 57, 64, 66, 82

professores 11, 14, 15, 17, 18, 19, 22, 24, 25, 26, 27, 30, 38, 39, 43, 51, 59, 60, 61, 64, 66, 67, 76, 78, 80

profissional 14, 20, 21, 22, 45, 64, 82

projeto 24, 25

Q

qualidade 15, 17, 30, 32, 50, 57, 67, 77

química 25, 66

R

realidade 11, 14, 17, 57

responsabilidade 6

reuniões 24, 25

S

sabedoria 8, 20

sala de aula 14, 19, 37, 38, 41, 49, 51, 59, 61, 66

serviços 6

síndrome 40, 49, 66

socialização 19, 22, 28, 59

sociedade 22, 68, 69, 80

sofrimento 27, 60

T

TEA 11, 43, 46, 66, 67, 69, 70, 73, 80

trabalhar 19, 22, 28, 30, 35, 38, 39, 41, 44, 45, 47, 49, 51, 57, 60, 61, 64, 66

tratamento 15, 20, 47, 69

